



DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006) (*)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 23 DE SETEMBRO DE 2005

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Fernando Santos Pereira
Abel Lima Baptista

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas (Rui Gonçalves) respondeu à pergunta formulada pela Sr.^a Deputada Maria Ofélia Moleiro (PSD) sobre os incêndios no distrito de Leiria — que posteriormente motivou uma interrogação à Mesa da parte do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Augusto Santos Silva) —, tendo ainda prestado esclarecimentos adicionais aos Srs. Deputados Carlos Lopes (PS), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Agostinho Lopes (PCP).

O Sr. Deputado José Raúl dos Santos (PSD) formulou uma pergunta relativa ao aeroporto de Beja — que mereceu um protesto do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares —, à qual respondeu o Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações (Paulo Campos), tal como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Nuno Magalhães (CDS-PP), José Soeiro (PCP) e Luís Pita Ameixa (PS).

À pergunta acerca da avaliação que o Governo faz dos resultados já obtidos com o Programa Empresa na Hora, formulada pela Sr.^a Deputada Helena Terra (PS), bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputa-

dos Almeida Henriques (PSD) Nuno Magalhães (CDS-PP) e Agostinho Lopes (PCP), respondeu o Sr. Secretário de Estado da Justiça (João Tiago Silveira).

O Sr. Ministro da Saúde (Correia de Campos) deu resposta à pergunta do Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP), sobre a política do Governo para a área do medicamento e seus efeitos nos custos para a população, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Ana Drago (BE), Carlos Andrade Miranda (PSD), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Maria Antónia Almeida Santos (PS).

O mesmo membro do Governo respondeu também à pergunta do Sr. Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP), relativa ao Hospital do Seixal, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Marisa Costa (PS), Ana Drago (BE), Luís Rodrigues (PSD), Francisco Lopes (PCP) e Heloísa Apolónia (Os Verdes).

A pergunta sobre como é que o Governo justifica e enquadra a medida que levará ao fim da comparticipação da pílula contraceptiva, formulada pela Sr.^a Deputada Helena Pinto (BE), o Sr. Ministro da Saúde, respondida a pergunta inicial, deu esclarecimentos adicionais às Sr.^{as} Deputadas Maria Ofélia Moleiro (PSD), Odete Santos (PCP) e Sónia Fertuzinhos (PS).

O Sr. Secretário de Estado da Segurança Social (Pedro

Marques), inquirido pela Sr.^a Deputada Isabel Santos (PS), acerca dos instrumentos que estão a ser mobilizados para promover com eficiência o sistema de cobranças das contribuições para a segurança social e seus resultados, respondeu à pergunta inicial e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Carlos Miranda (PSD), Abel Baptista (CDS-PP) e Odete Santos (PCP).

Por último, à pergunta feita pelo Sr. Deputado José Luís Ferreira (Os Verdes), sobre a responsabilidade da SIMRIA

— Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, SA, na rede de saneamento do concelho de Santa Maria da Feira, e às perguntas adicionais dos Srs. Deputados Alda Macedo (BE), José Manuel Ribeiro (PSD), António Carlos Monteiro (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e Costa Amorim (PS) respondeu o Sr. Secretário de Estado do Ambiente (Humberto Rosa).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 45 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Alberto Arons Braga de Carvalho
Alberto Marques Antunes
Alberto de Sousa Martins
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
António Alves Marques Júnior
António Bento da Silva Galamba
António José Martins Seguro
António Ramos Preto
António Ribeiro Gameiro
Armando França Rodrigues Alves
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Carlos Alberto David dos Santos Lopes
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
Elídio da Costa Amorim
Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Fernando dos Santos Cabral
Glória Maria da Silva Araújo
Guilherme Valdemar Pereira de Oliveira Martins
Horácio André Antunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
Jaime José Matos da Gama
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Joaquim Ventura Leite
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Alberto Leal Fateixa Palmeiro
José Augusto Clemente de Carvalho
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Jovita de Fátima Romano Ladeira
João Cardona Gomes Cravinho
João Cândido da Rocha Bernardo
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
Júlio Francisco Miranda Calha
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa
Luís Manuel de Carvalho Carito
Luísa Maria Neves Salgueiro
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel Luís Gomes Vaz
Marcos Sá Rodrigues
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos

Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Cristina Vicente Pires Granada
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Irene Marques Veloso
Maria Isabel Coelho Santos
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Júlia Gomes Henriques Caré
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Miguel João Pisoeiro de Freitas
Nelson Madeira Baltazar
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paula Cristina Nobre de Deus
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Renato Luís Pereira Leal
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rosalina Maria Barbosa Martins
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino da Costa
Susana de Fátima Carvalho Amador
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes
Teresa Maria Neto Venda
Umberto Pereira Pacheco
Victor Manuel Bento Baptista
Vitalino José Ferreira Prova Canas
Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
Vítor Manuel Pinheiro Pereira

Partido Social Democrata (PSD):

Agostinho Correia Branquinho
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António Alfredo Delgado da Silva Preto
António Joaquim Almeida Henriques
António Ribeiro Cristóvão
Arménio dos Santos
Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Feliciano José Barreiras Duarte
Fernando Santos Pereira
Fernando dos Santos Antunes
Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves

Hugo José Teixeira Velosa
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Jorge José Varanda Pereira
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José António Freire Antunes
 José Eduardo Rego Mendes Martins
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 José Manuel Pereira da Costa
 José Manuel de Matos Correia
 José Mendes Bota
 José Pedro Correia de Aguiar Branco
 José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
 José de Almeida Cesário
 João Bosco Soares Mota Amaral
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Carloto Marques
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luís Miguel Pereira de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
 Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
 Mário Patinha Antão
 Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
 Pedro Quartin Graça Simão José
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes
 Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 António Filipe Gaião Rodrigues
 Bernardino José Torrão Soares
 Francisco José de Almeida Lopes
 José Batista Mestre Soeiro
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista
 António Carlos Bívar Branco de Penha Monteiro
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 Luís Pedro Russo da Mota Soares
 Nuno Miguel Miranda de Magalhães
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia
 Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
 Ana Isabel Drago Lobato
 Fernando José Mendes Rosas
 Francisco Anacleto Louçã

Helena Maria Moura Pinto
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
José Luís Teixeira Ferreira

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a agenda de hoje tem como ordem do dia uma sessão de perguntas ao Governo de carácter geral.

Para formular a primeira pergunta sobre «Os incêndios no distrito de Leiria», tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Ofélia Moleiro.

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas: Em Julho de 2005, um drama desolou o norte do meu distrito, o distrito de Leiria. Nos concelhos como Alvaízere, Castanheira de Pêra, Pombal, Figueiró dos Vinhos, o verde deu lugar ao preto e branco, às cinzas, ao pó, à miséria, ao sofrimento. Em Alvaízere registou-se a morte de um cidadão idoso.

Mas o pior ainda estava para vir. No mês de Agosto, no dia 4 — dia que nem eu nem os 55 000 pombeiros esqueceremos —, tiveram início mais de 100 incêndios no distrito de Leiria. Nos dias 4, 5 e 6 de Agosto de 2005, os concelhos de Leiria e Pombal foram os mais atingidos.

As populações lutavam indefesas, a braços e baldes de água, com uma nova forma de terrorismo interno do nosso país. Só 48 horas depois chegaram os primeiros meios aéreos, quando já quase tudo estava ardido e muito pouco para arder.

A descoordenação na aplicação do plano distrital de emergência foi total, confrangedora.

Em Pombal nunca mais esqueceremos o dia 4 de Agosto de 2005 e o rescaldo desse dia ainda hoje se mantém. Só no concelho de Pombal foram 20 incêndios monstruosos num só dia, em todas as freguesias do concelho, em 17 freguesias. Foram 100 km² ardidos — o nosso concelho tem 600 km². Ardeu um quarto da área florestal; o nosso concelho tem como uma das principais riquezas a área florestal e a exploração silvícola.

Houve empresas que ficaram totalmente destruídas (no edifício, nos equipamentos, nas matérias-primas). Arderam automóveis particulares, tractores, casas, alfaias agrícolas, animais, barracões. Em Carnide, uma das freguesias mais rurais do concelho de Pombal, arderam milhares de animais (galinhas, vacas, ovelhas), sustento de famílias pobres e sobretudo de idosos.

O fogo ameaçou o Parque Industrial Manuel da Mota. Quem esteve no Congresso do PSD recordar-se-á daquele local — a realização do congresso mediatisou aquele espaço. É um espaço de empresas modernas, tecnologicamente evoluídas, que estiveram ameaçadas de destruição total.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A **Oradora**: — Vou já concluir, Sr. Presidente.

No dia 6 de Agosto, três dias depois, o Governador Civil convocou uma conferência de imprensa para dizer: «Temos a consciência de missão cumprida». A missão cumprida em Pombal foi deixar arder tudo aquilo que referi. O Sr. Ministro da Administração Interna afirmou na televisão que não declarava a calamidade pública, com argumentos falsos que gostaria de desmentir aqui, mas infelizmente não disponho de tempo. Gosto de respeitar os tempos, até porque sou membro da Mesa. No meu pedido de esclarecimentos adicionais colocarei as restantes questões.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

O Sr. **Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas** (Rui Gonçalves): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Maria Ofélia Moleiro, em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Sr.^a Deputada por ter tido a simpatia de concretizar a questão que colocou ao Governo porque, sendo o tema da sua pergunta «Os incêndios no distrito de Leiria», tivemos de fazer uma espécie de sorteio para saber o que viríamos responder. Não sabíamos se a Sr.^a Deputada se iria referir aos prejuízos causados pelos incêndios, se iria falar sobre os problemas dos ataques aos incêndios ou sobre a ausência de medidas de prevenção dos incêndios. Pelos vistos, a Sr.^a Deputada resolveu tomar uma atitude que não é qualquer destas, ou seja, decidiu vir aqui hoje, ao Parlamento, fazer um pouco de campanha eleitoral,...

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — Não sou candidata!

O **Orador**: — ... o que considero lamentável, pois veio falar do caso particular do que aconteceu no concelho de Pombal.

Gostaria de chamar a atenção da Sr.^a Deputada para o facto de o Governo ter, ao longo desta terrível época de incêndios, tomado sempre a atitude prudente de não se referir a casos particulares de municípios que fizeram bem ou que fizeram mal no que diz respeito à luta contra os incêndios.

Não queria deixar de dizer-lhe que o problema dos incêndios no distrito de Leiria foi uma situação muito grave, tendo sido atacados de forma diligente por todas as entidades que tiveram de trabalhar nesse combate e que conseguiram dominar a situação.

Gostaria de salientar apenas dois pontos que convém não esquecer. Primeiro ponto: o distrito de Leiria foi dos distritos que teve o maior números de ignições de incêndios no nosso país neste Verão. A esmagadora maioria desses incêndios foi atacada e dominada de forma rápida e eficiente com o dispositivo nacional e regional que estava montado.

Ponto dois: infelizmente, no mês de Agosto ocorreram os dias de maior risco de incêndio que já alguma vez ocorreram no nosso país. Não foi deste ano, nem do ano passado, nem de 2003. Foram os dias de maior risco de incêndio que ocorreram alguma vez desde que se mede o risco de incêndio no nosso país.

Nos dias 3 e 4 de Agosto ocorreram centenas de incêndios por todo o País. Ora, os meios tiveram de ser utilizados da forma mais racional possível e, apesar do distrito de Leiria ter sido um dos mais atacados pelos incêndios, felizmente para Leiria, não foi o distrito de todo o País onde teve a maior área ardida. Ora, isso só pode ficar a dever-se não à falta de diligência de quem lutou contra os incêndios, mas, pelo contrário, à diligência de todas as entidades envolvidas.

Por isso, gostaria de salientar o esforço dos sapadores florestais, nos concelhos onde eles existem — em alguns concelhos do distrito de Leiria não existem sapadores florestais —, dos bombeiros e dos serviços da Protecção Civil.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ofélia Moleiro.

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, admiro-me que, tratando-se da questão de incêndios, o senhor não raciocine que, em primeiro instância, quem responde pelos incêndios é o Ministro da Administração Interna e não o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

Sr. Secretário de Estado, o que disse em relação aos incêndios representa sadismo do Governo. Se tinha os meios, se actuou e se não resultou, então, é puro sadismo. Se for dizer isso no distrito de Leiria, nomeadamente em Pombal, e provavelmente em outros distritos, ninguém acreditará no que acabou de dizer.

Também ninguém acreditará nos argumentos do Sr. Ministro da Administração Interna, quando disse que não há motivo para declarar a situação de calamidade pública. Basta ler os relatório da destruição para verificar que há motivo para o declarar.

Ninguém acreditará também que o decreto-lei que estabelece a declaração de situação de calamidade pública não pode ser aplicada porque os bens susceptíveis de serem seguráveis não são indemnizáveis. Sr. Secretário de Estado, isso é uma perfeita falsidade, é um argumento falso em que ninguém acredita. Sabe porquê? Porque tudo é «segurável», até as nossas pernas, os nosso braços. Então, nesse caso, nunca haveria lugar à declaração de situação de calamidade pública. Mas há quando os bens considerados «seguráveis» têm um prémio de seguro incomportável para as populações. É o caso daqueles a que me referi, afectados pelos incêndios no concelho de Pombal e no distrito de Leiria.

Sr. Secretário de Estado, já que não veio ninguém do Ministério da Administração Interna, peço que passe esta mensagem ao Sr. Ministro, dizendo-lhe que é um falso argumento, que leia o decreto-lei.

Sobre os apoios acerca dos quais o senhor pensava que eu iria questionar, neste momento não temos qualquer apoio no terreno, a não ser da Câmara Municipal de Pombal e das juntas de freguesia.

Já agora, não sou candidata à Câmara Municipal de Pombal e não estou a fazer campanha eleitoral. Estou a fazer a defesa das populações que me elegeram!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lopes.

O Sr. **Carlos Lopes** (PS): — Sr. Presidente, saúdo-o nesta minha primeira intervenção nesta Câmara.

Sr. Secretário de Estado, o Partido Socialista não está aqui para contribuir para a partidarização da desgraça que atingiu centenas de portugueses aquando da ocorrência dos fogos florestais. De facto, recusamos esse tipo de demagogia e não podemos rever-nos neste comportamento que é desrespeitoso perante todos aqueles que sofreram com este flagelo.

Importa dizer que não foi só Pombal a ser atingido pelos fogos florestais no distrito de Leiria — Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere, Leiria foram também concelhos dizimados pelas chamas.

No entanto, é bom que se diga que no distrito de Leiria e também no concelho de Pombal a Protecção Civil funcionou. A comprová-lo, não podemos deixar de referir os insuspeitos oficiais de ligação da célula de crise, representantes de diversas instituições médicas, policiais, militares e de socorro, com larga experiência em situações de emergência nacionais e internacionais, que foram unâmines em considerar o exemplar trabalho desenvolvido neste domínio, bem como a coordenação e a liderança assumidas neste processo pelo Governador Civil de Leiria.

Relativamente à declaração de situação de calamidade pública, importa referir que, na nossa perspectiva, a declaração de situação de calamidade pública por si só não ia resolver qualquer problema, tendo sido este instrumento utilizado para politizar de uma forma ostensiva as problemáticas assumidas e associadas nos incêndios florestais.

Desejamos, sim, que sejam implementadas pelo Governo, o mais rapidamente possível, as medidas aprovadas em Conselho de Ministros, a 17 de Agosto, no sentido de apoiar as vítimas dos incêndios florestais, nomeadamente no que se refere à reconstrução e à recuperação de habitações e infra-estruturas, reposição de viaturas dos bombeiros, apoio às pequenas e médias empresas, bem como a reposição do potencial agrícola, pecuário e silvícola e a reconstrução de instalações agrícolas destruídas, que, isso sim, na prática poderão ter consequências positivas e poderão devolver às pessoas a esperança e a confiança.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Caeiro.

A Sr.ª **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, foi com alguma perplexidade que verifiquei que não se encontra aqui qualquer representante do Ministério da Administração Interna, entidade, em primeira análise, responsável pela questão dos incêndios,....

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

A **Oradora**: — ... e que ouvi a afirmação que o Sr. Secretário de Estado fez relativamente à pergunta da Sr.ª Deputada Maria Ofélia Moleiro.

O facto de o Sr. Secretário de Estado dizer que quando um Deputado, no exercício dos seus direito e dever, questiona sobre as preocupações e realidades da população do círculo eleitoral pelo qual foi eleito está a fazer campanha eleitoral, isso é uma afirmação perfeitamente desprestigiante não só para esta Casa mas também, se me permite, para o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

A **Oradora**: — Apresentada esta questão prévia, gostaria de colocar outras questões.

Não é o facto de o Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna ter declarado que deixa de existir o conceito de época oficial de fogos que vai acabar com a realidade dos fogos em si. Portanto, gostaria de ser esclarecida, e penso que toda a Câmara, sobre as medidas exactas que vão começar a ser tomadas a partir de agora, porque é nesta altura que se prepara a época dos incêndios, para evitar que estes ocorram da forma dramática como aconteceram neste Verão. O que vão fazer relativamente à limpeza das mantas florestais, à interacção entre autarquias e administração central? Quais vão ser as medidas concretas?

O Sr. Governador Civil de Leiria disse que dentro de um mês se começará a proceder à reconstrução das 38 habitações destruídas no distrito de Leiria. Daqui a um mês, Sr. Secretário de Estado?!... E até lá?

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

A **Oradora**: — Nestes 30 dias, onde vão ser alojadas as pessoas? O que vão fazer durante um mês? Parece-me um prazo demasiado longo e esse espaço de tempo não está acautelado.

É pena que não esteja aqui ninguém do Ministério da Administração Interna, pois queria questionar o Governo sobre o estatuto social dos bombeiros voluntários. O que vai fazer o Governo relativamente a esta pretensão há tanto tempo ambicionada pelos bombeiros?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, mais uma vez estamos a discutir a questão dos incêndios florestais e mais uma vez a questão das responsabilidades políticas desta matéria é posta de lado.

Quando a Sr.^a Deputada do PSD fez aqui um pedido de esclarecimentos muito interessante esqueceu-se das responsabilidades do governo PSD/CDS-PP relativamente a esta matéria por falta de medidas durante dois anos, em particular depois de 2003. De certa forma, é uma intervenção autocritica.

Relativamente ao Governo, o Governo tem dificuldades em acertar a resposta a esta temática, já que, quando colocamos questões, ou está presente o Sr. Ministro da Administração Interna, que nada percebe de florestas, ou está um representante do sector da agricultura, que nada percebe das demais questões. É uma chatice, mas os senhores não conseguem acertar nas respostas que dão à Assembleia da República!

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — Exactamente! Onde é que está o Ministro da Administração Interna?!

O **Orador**: — Por outro lado, o Sr. Ministro da Administração Interna continua a insistir na responsabilidade dos proprietários e das autarquias. Na última entrevista que concedeu ao *Expresso*, teve a coragem de obrigar as autarquias a optar pela resposta aos problemas dos incêndios ou pela construção de rotundas. É espantoso! Sobretudo, porque o Governo, entretanto, não avança com as medidas mínimas necessárias para responder a este problema.

Como tal, gostaria que o Sr. Secretário de Estado nos dissesse quais são as medidas que, de uma forma global, o Governo está a pensar tomar em relação às explorações agrícolas, às populações, às habitações e aos prejuízos sofridos pelos bombeiros. Através de que medidas e meios é que estão a pensar responder a estas questões?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

O Sr. **Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começando pela referência à campanha eleitoral, penso que tive toda a razão em dizer o que disse, visto que a Sr.^a Deputada Ofélia Moleiro, defendida, depois, pela Sr.^a Deputada Teresa Caeiro, afunilou ainda mais a questão no pedido de esclarecimentos adicionais que fez. De qualquer modo, deixe-me referir a dificuldade que nos suscitou o próprio tema excessivamente geral da questão — «Os incêndios no distrito de Leiria» —, que não tinha, sequer, um ponto de interrogação no final...!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não precisa de um ponto de interrogação, visto que é apenas o tema da pergunta!

O **Orador**: — Mas a Sr.^a Deputada concretizou e referiu-se, especialmente, aos incêndios ocorridos em Pombal. Ora, todos os Srs. Deputados que aqui estão bem se recordarão de quem é que puxou para as primeiras páginas o tema dos incêndios em Pombal... Como tal, não sou eu que estou aqui a chamar a atenção para uma coisa que não aconteceu. As coisas, de facto, sucederam e estão em todos os órgãos de comunicação social de Portugal.

De todo o modo, porque nunca fui às questões aqui colocadas, não fujo hoje ao que me foi perguntado. A Sr.^a Deputada Ofélia Moleiro quer falar de Pombal? Falemos, então dessa questão e recordemos a este Hemiciclo que a Câmara Municipal de Pombal recebeu 1 milhão de euros, oriundos de programas do Ministério da Agricultura, para silvicultura preventiva. Os resultados da aplicação no terreno desse milhão de euros são desconhecidos dos portugueses e das pessoas do município de Pombal.

Por outro lado, também sabemos que Pombal é o município que tem menos bombeiros de todo o distrito de Leiria. Por que é que isso acontecerá? Não é, certamente, por responsabilidade do Ministério da Agricultura. Sabemos ainda que, no município de Pombal não existem equipas de sapadores florestais. Por que será?!

Reparam que estas questões apenas estão a ser aqui levantadas porque a Sr.^a Deputada Ofélia Moleiro as trouxe à colação. Ora, já que o fez, convém responder-lhes, visto que é muito fácil dizer que a responsabilidade de tudo o que se passa no País é da administração central. Contudo, há responsabilidades que são repartidas e cada um tem de assumir a sua quota-parte.

Applausos do PS.

Perguntaram, depois, quais as medidas que estão a ser tomadas. Como os Srs. Deputados bem sabem, o Governo não tem sido poupadão em termos de medidas para prevenir o problema dos incêndios. Como o Sr. Deputado Agostinho Lopes disse — e bem! —, já é, pelo menos, a sétima vez que o Governo aqui vem

falar sobre a questão dos incêndios florestais, umas vezes fazendo-se representar pela Administração Interna, outras pela Agricultura e outras ainda em conjunto.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Mas nunca respondem às questões colocadas!

O **Orador**: — Não há, portanto, falta de debate sobre as medidas tomadas.

Todavia, sempre posso recordar que ainda antes do começo da época de incêndios o Governo teve a iniciativa de criar a Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Apenas para fazer subir a moral! Os senhores estão a brincar connosco!

O **Orador**: — Hoje em dia já não se fala nisso, mas toda a gente dizia que era impossível coordenar os serviços de prevenção com os serviços de combate e a verdade é que essa coordenação foi feita. Aliás, queria aqui deixar uma palavra de especial apreço para todas as unidades territoriais e, em particular, para os Srs. Governadores Civis, que este ano tiveram um papel muito importante na coordenação dos esforços de prevenção e combate aos incêndios. O Sr. Governador Civil de Leiria, em particular, foi, sem dúvida alguma, dos que mais se empenhou, tendo estado no terreno e conseguido, como eu disse, minimizar uma situação muito grave que se verificou naquele distrito como no resto do País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — A única coisa que não conseguiu fazer foi apagar os fogos!

O **Orador**: — Mas não foi só isto que o Governo fez, visto que já aprovou a legislação sobre as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). Recordo que esta legislação já era discutida neste Parlamento há mais de 20 anos e que o Sr. Deputado Agostinho Lopes, de vez em quando, faz umas intervenções criticando as disposições das ZIF. Contudo, ainda há poucas semanas li um texto de opinião no *Expresso* em que um antigo deputado do PCP dizia que, em 1980, foi o PCP o primeiro partido a propor as Zonas de Intervenção Florestal...! Ora aqui está uma coisa que, ao fim de 25 anos, alguém conseguiu concretizar! E quem o concretizou foi este Governo!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Mas aquilo que propusemos era completamente diferente daquilo que os senhores fizeram!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É mesmo um aldrabão!

O **Orador**: — Mas o Governo fez mais, reduzindo, por outro lado, um problema considerado grave por toda esta Câmara. Refiro-me às dificuldades que existiam para registar as propriedades florestais, consequência do muito elevado custo do registo dessas propriedades. Da esquerda à direita desta Câmara, todos diziam que este problema tinha de ser resolvido. Ora, já está aprovado o diploma que reduz em 80% os emolumentos do registo das propriedades!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Pronto! Está tudo resolvido!...

O **Orador**: — Parece-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que tudo isto é bem um sinal de como o Governo tem estado preocupado e tem agido contra este flagelo dos incêndios.

Contudo, as medidas não param aqui. A comissão que foi proposta e instalada pelo anterior governo para a elaboração do plano nacional de defesa da floresta contra os incêndios está a terminar o seu trabalho e já no princípio do mês de Outubro esse plano entrará em discussão pública. Esta é, portanto, uma boa notícia, porque, como os Srs. Deputados bem sabem, estes planos, por vezes, começam-se mas não se concluem. Ora, este vai estar concluído muito em breve.

Por outro lado, estamos a estudar outras medidas que o Sr. Ministro da Administração Interna e o Sr. Ministro da Agricultura já tiveram oportunidade de vir a esta Câmara anunciar.

Finalmente, o problema dos incêndios florestais não se resolve, como todos sabemos, com uma «varinha mágica». É preciso tomar um conjunto grande de medidas que têm de ser partilhadas por toda a sociedade, ou seja, pela administração central, pelos órgãos descentralizados da Administração e pela administração local. Todos temos de ser parceiros na resolução dos problemas da floresta e só com o empenhamento de todos conseguiremos, a longo prazo, resolver este problema. Esperamos poder contar com o apoio desta Câmara, dos Deputados e dos portugueses para levar a cabo esta tarefa, que não se resolve com pedidos de declaração de situação de calamidade pública ou com outros pedidos grandiloquentes. Este problema resolve-se, sim, com o trabalho levado a cabo, dia-a-dia, na floresta, para preservá-la e para

torná-la num instrumento de riqueza para o nosso país.

Aplausos do PS.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente António Filipe.

O Sr. **Presidente**: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Ofélia Moleiro.

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — Sr. Presidente, ficaram claras na exposição do membro do Governo algumas falsidades e, sobretudo, o seu desconhecimento total sobre o que se passa em Pombal, concretamente no que respeita à prevenção dos incêndios.

Como tal, quero entregar na Mesa, e pedir ao Sr. Presidente que entregue ao Sr. Secretário de Estado, uma descrição de tudo o que foi feito neste domínio e ainda da utilização da verba que o Sr. Secretário de Estado mencionou. Na verdade, não se trata de 1 milhão de euros mas, sim, de 200 000 € para o ano de 2004, já que aquele valor global é faseado por cinco anos. O Sr. Secretário de Estado desconhece este facto, mas, antes de vir para aqui, devia ter «estudado a lição», telefonando para a Câmara Municipal de Pombal e pedido os elementos.

Peço, portanto, ao Sr. Presidente que entregue estes elementos ao Sr. Secretário de Estado, que, pelo visto, não devia ter cá vindo, já que o primeiro responsável por esta problemática...

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr.^a Deputada, peço que se cinja à interpelação à Mesa!

A **Oradora**: — Sr. Presidente, considerando que há pouco, no pedido de esclarecimentos adicionais que efectuei, tinha direito a usar da palavra por 2 minutos e a Mesa apenas me concedeu 1 minuto e 30 segundos, peço-lhe alguma tolerância!

Sr. Secretário de Estado, esclareço ainda que não podia dirigir a minha pergunta a nenhum Ministro em especial, visto que esta questão é transversal e, assim sendo, quem devia aqui estar era o Sr. Ministro da Administração Interna!

Sr. Presidente, como disse há pouco, entregarei à Mesa os elementos descritivos sobre a utilização da verba de 200 000 € pela Câmara Municipal de Pombal.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr.^a Deputada, peço-lhe, então, que entregue esses elementos, por forma a que os possa distribuir.

Há vários Srs. Deputados inscritos para interpelar a Mesa, pelo que espero que se cinjam à figura regimental em causa.

Para uma interpelação, tem a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Caeiro.

A Sr.^a **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, interpelo a Mesa, no sentido de solicitar a V. Ex.^a que peça ao Sr. Secretário de Estado que responda a duas questões que coloquei e que não vi respondidas. Queria saber, em concreto, o que é que vai suceder às vítimas dos incêndios até ao momento da reconstrução das suas casas e o que vai suceder ao estatuto social dos bombeiros voluntários.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Também para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, penso que tem de ser esclarecida a referência que o Sr. Secretário de Estado fez relativamente a um projecto de lei do PCP sobre as Zonas de Intervenção Florestal, as ZIF, de 1981.

Neste sentido, queria pedir à Mesa que distribuísse aos grupos parlamentares o projecto então apresentado pelo PCP e o decreto-lei agora aprovado pelo Governo, para que se verifique que, sob o mesmo nome, há dois conteúdos completamente diversos, com desvantagem para o actual decreto-lei!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O PS também se chama socialista, mas o socialismo não está lá!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — O Sr. Secretário de Estado passou muito ao lado das perguntas!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado Agostinho Lopes, essa interpelação exige à Mesa algum trabalho de pesquisa bibliográfica, mas, em todo o caso, procuraremos fazê-lo.

Também para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — Sr. Presidente, em bom rigor,

a figura a que recorro devia ser a da «metainterpretação», visto que a minha é uma interpretação sobre as interpretações.

Não tenho qualquer objecção a colocar, nem poderia ter, aos pedidos de distribuição de documentação que foram efectuados. Refiro-me à documentação que a Sr.^a Deputada Ofélia Moleiro tem para distribuir e mesmo à documentação que o Sr. Agostinho Lopes pede à Mesa para pesquisar e fazer, depois, circular. Contudo, penso que não podemos confundir a figura da interpretação com novas intervenções.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Como é o caso da que V. Ex.^a está a fazer!

O **Orador**: — Como tal, todas as considerações que a Sr.^a Deputada fez sobre o conhecimento ou desconhecimento da parte de membros do Governo sobre o teor concreto do que está em causa nesta pergunta são redundantes e excessivas!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Como são as suas!

O **Orador**: — Peço, portanto, que não se considerem as interpretações como uma segunda oportunidade para tentar causar uma primeira boa impressão.

Quanto à pergunta colocada pela Sr.^a Deputada Teresa Caeiro, o Governo tem todo o gosto em responder a uma pergunta sobre o estatuto social dos bombeiros voluntários, desde que essa pergunta lhe seja colocada nas condições regimentais. Hoje, a pergunta versa sobre os incêndios no distrito de Leiria.

Applausos do PS.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — E por que é que não respondeu à outra questão?

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados, a Mesa geriu com excepcional benevolência estas interpelações sobre as perguntas colocadas ao Governo. Toda-via, este é um processo que não se pode repetir, como compreendem, sob pena de não sairmos daqui e de subvertermos completamente o nosso Regimento. Peço, portanto, a todos que se cinjam ao que aqui nos trouxe, ou seja, às perguntas a efectuar ao Governo e à prestação das respectivas respostas.

Para formular uma pergunta relativa ao aeroporto de Beja, dirigida ao Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, tem a palavra o Sr. Deputado José Raúl dos Santos.

O Sr. **José Raúl dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O projecto do aeroporto de Beja voltou novamente ao campo das promessas, seguindo o figurino que os anteriores governos socialistas lhe imprimiram. Esta lógica perversa não passa de um subtil propósito. Dizer que se faz sem se fazer o que quer que seja é dar continuidade ao embuste que representa hoje para a opinião pública nacional e, sobretudo, para os alentejanos um empreendimento que lhes foi apresentado no ano de 2000 como um projecto estruturante para o Alentejo.

Na fase em que nos encontramos, após cinco anos de acontecimentos que deveriam envergonhar o poder central, o actual Governo volta a envolver o projecto num aliciante «papel de embrulho». Mas teima em não dizer qual a prenda que vai oferecer ao Alentejo: um aeroporto internacional, um aeroporto para qualquer coisa que apareça ou um simples aeródromo, como um ponto de chegada e de partida para gente endinheirada que rumá à região nos seus aviões particulares em busca de caça grossa.

Se perguntarem a um alentejano, quer viva ou não na sua região, o que pensa do projecto do aeroporto de Beja, a resposta é invariavelmente a mesma: «Sei lá o que hei-de pensar... São todos uma cambada de mentirosos!» Foram cinco anos de mentiras e de tropelias várias, mas que não puseram no lugar da futura obra um calhau que fosse. Nem nos importava que a obra fosse inaugurada uma dúzia de vezes para render os votos que fossem considerados necessários ao Partido Socialista. O que nos interessava era que a promessa fosse concretizada.

Nas últimas semanas, na sequência da tomada de posse do novo conselho de administração e da visita do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações a Beja, um acontecimento que suscitou antecipadamente fortes expectativas, a gente da minha região ainda acreditou que se fizesse luz sobre o projecto do aeroporto de Beja. Qual quê, Srs. Deputados! Se dúvidas havia, mais dúvidas ficaram. Como já fiz questão de dizer nesta Assembleia, o Sr. Secretário de Estado disse absolutamente nada sobre quando, como e para que servia um aeroporto em Beja. Optou pelas metáforas, comparando os novos administradores a jogadores de futebol, tentando convencer os incrédulos ouvintes das suas palavras de que o aeroporto vai finalmente iniciar obra, mas sem lhe definir os seus contornos e objectivos.

Pela maneira como o projecto tem sido conduzido, mais parece que se pensa construir uma base secreta, destinada à investigação do fenómeno OVNI. Por conseguinte, Sr. Secretário de Estado, como já estamos cansados de ouvir dizer que a coisa vai mesmo por diante sem que tal corresponda à verdade, peço-lhe que transformem o palavreado em obra! Ou, então, que digam o que têm vontade de dizer, mas não dizem, porque politicamente não convém — «Não há aeroporto para ninguém. Vão chatear outro!...»

Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, ponha termo a cinco anos de mentiras e diga-nos quando começam as obras, quando terminam e que empreendimento vamos ter em Beja.

Sei que a altura não é a mais oportuna, mas, ao fim de seis meses de funções, um Governo que diz ter princípios não pode continuar a omitir o que pretende fazer na Base Aérea n.º 11 de Beja.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha terminou.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Vamos a ver se é desta, Sr. Secretário de Estado, que nos fala claro, preciso e conciso. Não queira fazer o papel que fizeram os colegas que o antecederam, onde não posso deixar de incluir o governo de coligação de que fez parte o meu partido.

Applausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares pediu a palavra para que efecto?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Outra?!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Quem diria!...

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, a expressão «cambada de mentirosos», aplicada a pessoas a quem o povo soberanamente incumbiu do exercício de altas funções públicas, mesmo que seja utilizada na Assembleia da República atribuída à voz comum, não deve passar sem reparo, pelo que gostaria de fazer esse reparo.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, registo o seu reparo, mas devo fazer notar que o Sr. Deputado não chamou «cambada de mentirosos» a ninguém. O Sr. Deputado referiu-se a uma eventual *vox populi*, se me é permitida a expressão, acerca de uma determinada situação. Assim, não entendi que fosse uma expressão do Sr. Deputado e, por isso mesmo, não o interpelei a esse respeito.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — E até incluiu o governo do PSD!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para responder às questões formuladas, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações** (Paulo Campos): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, fora algumas considerações menos apropriadas, diria que estou totalmente de acordo com a intervenção que o Sr. Deputado acabou de realizar.

Efectivamente, é altura de dizer «basta» ao que se tem passado na condução de um projecto, que é um projecto estruturante para a região de Beja, ao conjunto de sucessões e falhanços inexplicáveis na condução do *dossier* e a cinco anos em que os governos anteriores do partido que o Sr. Deputado representa têm uma grande responsabilidade.

Vozes do PS: — Bem lembrado!

O **Orador**: — Como sabe, em 2000 foi lançado este projecto e houve toda uma tramitação administrativa para que o projecto pudesse ser colocado no terreno, o que sucedeu em meados de 2001. O Partido Social Democrata ganhou as eleições em 2002 e conduziu todo o projecto a partir dessa data.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Até hoje, o projecto é um *case study* de «como não fazer». Os anteriores governos não só não souberam encontrar os melhores líderes para o projecto, porque andaram sucessivamente a mudar as administrações, como, pior do que isso, não conseguiram reunir o consenso com agentes locais relativa-

mente a este processo. Foram, pois, completamente ineficazes na utilização dos recursos disponíveis e incapazes, como o Sr. Deputado acabou de referir, de «pôr uma pedra» que fosse no aeroporto de Beja. Portanto, sobre esta matéria, «estamos conversados»...!

Mas este Governo é diferente e, por isso, vai fazer aquilo que os senhores não fizeram ao longo destes anos. Assim, posso dizer-lhe que as obras terão início em 2006, nomeadamente, na plataforma, nos caminhos de circulação e bermas, no *pipeline* de alimentação de combustível à plataforma, nas infra-estruturas ao lado terra e nos caminhos de circulação entre a pista e o *taxis-way*, para que aeroporto seja uma realidade e para que os alentejanos tenham essa infra-estrutura disponível a curto prazo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Raúl dos Santos. Dispõe de 1 minuto e 30 segundos, Sr. Deputado.

O Sr. **José Raúl dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, não quero duvidar das suas boas intenções, mas quero lembrá-lo de que efectivamente o projecto não começou em 2000. A empresa foi, de facto, constituída em Abril de 2000, mas o primeiro grupo de trabalho foi nomeado pelo governo do Eng.º António Guterres em 1995, o segundo grupo de trabalho foi nomeado em 1998, o primeiro conselho de administração foi constituído em 2000 e o segundo já em 2005.

Gostaria, pois, de saber qual a verba consignada no Orçamento do Estado e também se o Estado vai dar o aval financeiro que está pendente desde Dezembro de 2004, no valor de 2 milhões de contos.

Coloco esta questão porque os projectos a executar, na sua quase totalidade, estão concebidos há vários meses, não tendo ainda sido possível lançar as empreitadas por não haver verba, o que resulta da falta do aval do Estado. Houve um sindicato financeiro, constituído pelo BPI, pelo BES e pela Caixa Geral de Depósitos, que ganhou o concurso para o financiamento dos 2 milhões de contos necessários, só que a adjudicação ainda não teve lugar porque o Estado ainda não concedeu o aval.

Portanto, o processo de expropriação dos terrenos está concluído, faltando depositar o dinheiro para se tomar posse administrativa dos terrenos; há um concurso internacional concluído, com vista à gestão, fiscalização e coordenação da obra, em que ainda não se fez a adjudicação por falta de verba; e, neste momento, há investidores particulares para dois grandes empreendimentos, o da Quinta da Arrábida, no concelho de Ourique, e outro junto a Beja, que estão interessados em participar neste projecto, no entanto, não se sabe efectivamente o que vai ser da Base Aérea n.º 11 de Beja.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha terminou.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente, referindo que a única coisa que foi feita foi um protocolo de utilização conjunta da Base Aérea n.º 11 de Beja por militares e pela aviação civil, protocolo esse que foi assinado durante o anterior governo de coligação PSD/CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para pedir esclarecimentos adicionais, dispondo igualmente de 1 minutos e 30 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, gostaria, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, de salientar que esta questão do projecto do aeroporto de Beja é para nós uma matéria estruturante na qual vislumbramos algumas benfeitorias e importância para a economia local e para o desenvolvimento daquela região.

No entanto, neste como outros projectos, sempre o dissemos e voltamos aqui a dizer, é importante, antes de o mesmo ser executado, ter a certeza da viabilidade económica e financeira do projecto em concreto e não do projecto em abstracto, confirmando se essa viabilidade, de facto, existe e em que termos existe.

Neste sentido, Sr. Secretário de Estado, cremos que, sendo importante para a região que este projecto vá em frente, como aqui foi destacado pelo Sr. Deputado José Raúl dos Santos, é necessário também que possamos, todos nós, ter a exacta noção do que está em causa, de como, quando e qual a verba com que este projecto vai avançar.

Assim, Sr. Secretário de Estado, para que não se caia na tentação em que, segundo parece, este Governo tem vindo a cair, de levar a cabo mais uma Ota, gostaríamos de saber, em concreto, qual o projecto, qual o montante do financiamento e se há estudos relativos à viabilidade económica do projecto realizados por este Governo ou se vão aproveitar os estudos realizados pelo anterior governo de coligação PSD/CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Soeiro. Dispõe de 1 minuto e 30 segundos, Sr. Deputado.

O Sr. **José Soeiro** (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, quero em primeiro lugar expressar a satisfação do Grupo Parlamentar do PCP por ver nesta Câmara tanto interesse e tanto empenho num projecto estruturante para a cidade, para o concelho e para o distrito de Beja, projecto que, como é sabido, existe há 18 anos.

Na verdade, o projecto não existe apenas desde 2000, quando foi constituída a EDAB, mas desde 1987, quando a Câmara Municipal de Beja, de maioria comunista, avançou com a ideia de que era necessário utilizar a Base Aérea n.º 11 de Beja para fins civis. É pena que este Governo tenha perdido mais seis meses a reavaliar um projecto que está avaliado e reavaliado há 18 anos, através de estudos, comissões e grupos de trabalho.

Por isso, é sempre agradável ver como todos os partidos se rendem à justeza de uma proposta que, se estivesse hoje implementada no terreno, estaria a contribuir para o desenvolvimento de uma região deprimida, gerando empregos qualificados e contribuindo para que houvesse menos problemas económicos e sociais do que aqueles que existem hoje e que resultam das políticas de direita que têm sido levadas a cabo nestes últimos anos, umas vezes pelo PS, outras vezes pelo PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — A questão que se coloca é pois bem simples: se o Sr. Secretário de Estado reconhece ou não que o aeroporto de Beja já podia, e devia, estar ao serviço do desenvolvimento da cidade, concelho e distrito de Beja, se este caso não fosse, como disse o Sr. Secretário de Estado, um *case study* de «como não fazer um projecto», que todos consideram estruturante para o desenvolvimento da região.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Pita Ameixa. Dispõe de 1 minuto e 30 segundos, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Pita Ameixa** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, quero colocar-lhe uma questão sobre a importância que o Governo atribui a este projecto no plano local e no plano nacional. Mas quero também mostrar a minha estupefacção pelo facto de o PSD trazer aqui este assunto.

Faço esta observação, por duas razões: em primeiro lugar, porque recentemente o Governo empossou uma nova administração, que está agora a iniciar o seu trabalho, e, portanto, foi dada uma resposta à paragem em que tudo estava. Estamos assim começar uma nova fase e estamos na altura de esperar para ver, com confiança no que vai acontecer. Em segundo lugar, porque tenho o atrevimento de julgar que há um erro político e um erro táctico do PSD em trazer aqui este assunto, uma vez que tal só pode envergonhar o PSD.

Vozes do PS: — Exactamente!

O **Orador**: — Todo este tempo que passou foi de paralisia e de gastos sumptuários, a todos os níveis, sem que o projecto avançasse.

Na verdade, um dos mais destacados dirigentes locais do PSD referia-se ao governo anterior, falando da sua postura de impotência e das suas incapacidade e desinteresse em dar cumprimento a um projecto de extraordinária relevância para a região e para o País, e dizendo: «a postura do anterior governo só prejudica a EDAB, minimiza a importância do projecto e desprestigia e envergonha o próprio Estado». É isto que o próprio PSD pensa dos governos anteriores do PSD!

Vamos, agora, entrar numa nova fase, com uma nova administração e, espero, com uma nova câmara municipal.

Risos do PS.

Vamos ter eleições, o candidato do Partido Socialista vai ganhar,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Tenha vergonha!

O **Orador**: — ... que, a nível técnico, foi justamente aquele que há 18 anos propôs este projecto para a região.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isto é a Assembleia da República, não é a assembleia municipal!

O **Orador**: — Esperamos, pois, uma nova administração porque quem está na câmara agora não teve uma atitude proactiva a defender este projecto, sendo também responsável por aquilo que aconteceu.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não tem vergonha?!...

O **Orador**: — Há dois vectores para avançar: a nível central e a nível local. E assim se fará!

Applausos do PS.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Tenha vergonha!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações. Dispõe de 6 minutos, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em relação às questões colocadas, gostaria de começar pela matéria fundamental ou primordial sobre o que o Governo pensa relativamente ao desenvolvimento deste projecto.

O Governo, como já repetidas vezes anunciou, é um Governo que dedica muita da sua atenção às questões do interior do País, a políticas de coesão do território nacional e ao desenvolvimento das regiões deprimidas.

Ora, este é um projecto que se insere dentro destes eixos de actuação do Governo. Aliás, o Governo, após a avaliação feita, nomeadamente pela reflexão exercida sobre os diversos estudos que hoje estão em cima da mesa, acredita claramente que este investimento, que é um investimento que não será significativo — estamos a falar de uma infra-estrutura que tem condições para estar operacional e dar satisfação a algumas das necessidades fundamentais com um investimento reduzido —, permitirá que se tenha uma rentabilidade muito significativa, porque é um dos eixos de desenvolvimento desta região se associado ao projecto do Alqueva e a todos os projectos turísticos que, nesta região, estão hoje a despontar.

Neste contexto, o Governo entende e assume este projecto como prioridade, como VV. Ex.^{as} não deixarão certamente de reparar quando o Orçamento do Estado para 2006 for apresentado. Verificar-se-á, então, nesta matéria, que a opção do Governo relativamente a esta infra-estrutura é uma opção clara e objectiva, com a introdução de um novo conselho de administração, onde reunimos os melhores, mas, sobretudo, com a alteração dos processos.

Porque o que é verdade é que, até agora (os Srs. Deputados têm toda a razão), aquele projecto foi uma nulidade na forma como foi conduzido. Foi uma nulidade! Não se utilizaram os recursos que o País tem disponíveis nesta matéria, não se utilizaram as competências, não se utilizaram sequer as infra-estruturas que hoje existem naquela região. A EDAB gastou essencialmente o seu dinheiro a contratar recursos humanos, que carecem de alguma justificação, pois há profissionais contratados que têm pouca justificação para um projecto deste tipo.

As estruturas existentes não foram utilizadas e a EDAB nem sequer está localizada hoje no aeroporto, gastou grande parte dos seus recursos financeiros na aquisição de uma vivenda para que pudesse aí ser instalado o seu conselho de administração, em vez de gastar e investir em obras para que o aeroporto avançasse.

É este conjunto de erros que vai ser ultrapassado, porque não apenas estamos a dotar financeiramente a empresa como dotamo-la dos melhores e estamos a juntar-lhe as competências que existem em Portugal. Um dos elementos que está no Conselho de Administração é um director da ANA, que tem as melhores competências nesta matéria de gestão de aeroportos. É, portanto, nesta linha que vamos.

Como eu disse, este é, para nós, um projecto estruturante. O aeroporto tem condições excelentes, se assim podemos dizer, porque tem área disponível, boas condições meteorológicas, um espaço aéreo sem problemas de congestionamento e um baixo nível de investimento necessário para que o projecto tenha resultados, e, portanto, há condições para termos um projecto que satisfaça as oportunidades que temos em cima da mesa.

Neste momento, temos oportunidade de canalizar para ali tráfego de *charters* de *low cost*, aproveitando também o desenvolvimento turístico daquela região; temos oportunidade de transformar este aeroporto numa plataforma de carga aérea «de» e «para» a América e África e da Europa para essa regiões; temos oportunidade de o transformar numa base de estacionamento de aviões que não estão ainda em utilização; temos oportunidade de o transformar numa base para manutenção de aviões e para treino das tripulações; e temos também oportunidade de trazer para ali — e neste momento já estão elencadas algumas hipóteses — investimento e localização de empresas relacionadas com a indústria aeronáutica.

Portanto, o Governo dotou e vai continuar a dotar este projecto dos recursos necessários para que ele seja um projecto efectivo e para que os alentejanos deixem efectivamente de pensar aquilo que o Sr. Deputado referiu como sendo o seu pensamento em relação a este aeroporto, mostrando claramente qual é a diferença entre um governo do Partido Social-Democrata e o Governo do Partido Socialista. O Governo do

Partido Socialista está fortemente determinado a desenvolver o interior do País com políticas de coesão e não esquecerá o Alentejo e está fortemente determinado a executar obra e não a gastar os recursos disponíveis em situações que não são orientáveis nem explicáveis.

Aplausos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Jaime Gama.

O Sr. Presidente: — Para formular a pergunta «Sobre a avaliação que o Governo faz dos resultados já obtidos com o Programa 'Empresa na Hora'», tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Terra.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Justiça, o actual Governo da Nação elegeu o desenvolvimento e a competitividade da economia portuguesa como uma das prioridades fundamentais da sua acção. Para a sua concretização, é forçosa a eliminação de práticas burocráticas inúteis e altamente onerosas para as nossas empresas.

Ora, quando se tem como desígnio o aumento da competitividade das nossas empresas e a dinamização da nossa economia, é necessário agilizar procedimentos para se ganhar em eficácia.

Cumprindo este objectivo e o programa que o Governo nos propôs, o Ministério da Justiça, pelo Decreto-Lei n.º 111/2005, de 8 de Julho último, instituiu um regime especial de constituição de empresas na hora.

Assim, desde há dois meses a esta parte, os interessados que o pretendam podem constituir a sua empresa, manifestando tal propósito, perante as conservatórias do registo comercial e/ou perante os seus postos de atendimento junto dos centros de formalidades de empresas, sendo a tramitação respectiva iniciada e concluída no mesmo dia.

Para prosseguir tal fim, foi criada pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas uma bolsa de firmas criadas a favor do Estado para afectação exclusiva às sociedades a constituir na hora. Com isto, o Governo não só conseguiu agilizar o até então pesado processo de constituição das sociedades como conseguiu que as ditas sociedades fossem constituídas com custos muito mais baixos do que os devidos no processo de constituição tradicional.

Além disso, e no tocante ainda aos custos de constituição das sociedades, o actual Governo, pelo já citado diploma legal, criou ainda um regime de excepção, pelo qual é especialmente reduzido o preço de constituição das sociedades que tenham por objecto a actividade informática ou uma actividade conexa, isto num sinal claro e inequívoco de uma das grandes opções estratégicas fundamentais para o nosso país: o desenvolvimento da economia nacional em torno do plano tecnológico, da investigação e do desenvolvimento.

Pois bem, Sr. Secretário de Estado, neste momento parece-nos oportuno que V. Ex.^a nos esclareça sobre o seguinte: tendo sido implementado há já dois meses o Programa «Empresa na Hora», qual a avaliação que o actual Governo faz dos resultados já obtidos com esta medida inovadora?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Justiça.

O Sr. Secretário de Estado da Justiça (João Tiago Silveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Helena Terra: Não gostaria nem ficaria contente comigo se não dissesse que é um orgulho estar aqui pela primeira vez nesta Câmara. Aprendi a admirar esta Câmara, primeiro como aluno, de seguida como docente universitário e depois enquanto aqui trabalhei, portanto não gostaria de deixar de dizer que é, efectivamente, um orgulho poder, pela primeira vez, responder a este Plenário.

Sr.^a Deputada Helena Terra, quanto à questão que me colocou, que agradeço, gostaria de dizer o seguinte: tornou-se mais rápido, mais fácil, mais barato e mais seguro constituir empresas em Portugal com o Programa «Empresa na Hora», que se iniciou no dia 14 de Julho.

Mais rápido porque agora a constituição de uma empresa é feita perante a conservatória do registo comercial, e a empresa constitui-se no momento preciso em que as pessoas lá se dirigem para a constituir, ou seja, demora, hoje em dia — dados de 19 de Setembro —, 1 hora e 17 minutos. Não demora um dia, como se dizia no Programa do Governo — demora 1 hora e 17 minutos! Portanto, é mais rápido constituir empresas hoje em dia em Portugal. Somos o País da Europa onde é mais rápido constituir empresas, e é preciso dizer isto claramente.

É mais fácil constituir empresas em Portugal hoje em dia, porque isso é feito perante a conservatória do registo comercial e, depois, o cidadão não tem de se onerar com a deslocação a outros serviços — segurança social, administração fiscal, cadastro comercial, inspecção-geral de trabalho —, porque todos eles recebem informação sobre a sua constituição no próprio momento em que o fazem perante a conservatória do registo comercial, por isso os cidadãos não têm de se deslocar a outros serviços nem de preencher requerimentos para informar todas estas entidades.

É mais barato constituir empresas em Portugal porque o preço mínimo, seguindo o sistema tradicional,

seria, na melhor das hipóteses, de € 441,00+imposto de selo. Este seria o preço mínimo, porque poderia ser muito mais elevado. Com o Programa «Empresa na Hora», o preço de constituição de uma empresa é de € 360+imposto de selo ou, se for uma empresa de investigação tecnológica, de serviços informáticos ou de investigação e desenvolvimento, de € 300,00+imposto de selo. Portanto é mais barato e simultaneamente estimula-se o desenvolvimento naquelas áreas onde se apostou no desenvolvimento do País, que são as áreas relacionadas com o Plano Tecnológico.

E é mais seguro constituir empresas em Portugal porque há um sinal electrónico que é enviado no próprio momento à administração fiscal contendo as informações sobre a constituição da empresa e a administração fiscal fica logo a saber uma quantidade substancial, importantíssima, sobre a constituição da empresa para fazer o controlo fiscal e o controlo da fraude fiscal.

Portanto, tornou-se mais rápido, mais fácil, mais barato e mais seguro constituir empresas em Portugal.

Por isso, o balanço que fazemos neste momento é um balanço de sucesso. Só existem neste momento seis locais, a título experimental, onde é possível constituir empresas na hora, mas naturalmente que responderemos aos estímulos do mercado, que já são muitos. Até 19 de Setembro, constituíram-se 587 empresas na hora — em Julho 144, em Agosto 267 e em Setembro, até ao dia 19, 176 —, o que significa que temos neste momento uma média de 3,6 empresas na hora constituídas.

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Secretário de Estado.

O Orador: — Hoje a empresa na hora é constituída na hora, leva 1 hora e 17 minutos. Somos o País mais rápido da Europa a constituir empresas. O que isto significa, Srs. Deputados, é que temos aqui um bom estímulo à economia, um bom estímulo ao emprego e um bom estímulo ao empreendedorismo nacional.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Terra.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Justiça, muito obrigado não só pelos esclarecimentos que nos prestou mas também pelas boas notícias, com as quais, forçosamente, penso que o País terá de se orgulhar.

É importante saber que este Governo tem uma acção clara naqueles que são os propósitos que anunciou ao País e que fez constar do seu Programa de Governo. De facto, para que tenhamos empresas mais competitivas, cada vez mais competitivas, neste mercado global e aberto em que vivemos é bom saber que hoje um empresário leva 1 hora a constituir uma empresa,...

O Sr. José Soeiro (PCP): — E 17 minutos!

A Oradora: — ... é bom saber que um empresário hoje, por menos de metade do preço, consegue constituir uma empresa e é excelente saber que muitos dos encargos que, até então, impendiam sobre os empresários, nomeadamente o encargo de promover as publicações necessárias nos meios oficiais para o efeito, são hoje assumidos e efectivamente cumpridos pelo Estado. Ora, isto significa que o Governo do Partido Socialista não só avança com ideias no sentido de aumentar a competitividade da nossa economia como, de facto, as aplica.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Henriques.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Justiça, confesso que, até este momento, só deu para sorrir. Portugal, quando falamos de competitividade, é o país da Europa onde se constitui uma empresa mais rapidamente. É fantástico! Não haja dúvidas de que a Sr.^a Deputada Helena Terra vir aqui «satisfazer» uma encomenda tão pequena como esta, exibir uma «bandeira» tão pequena como esta, é, no mínimo, caricato.

Se estava a falar de competitividade, talvez pudesse dizer que Portugal é o país da Europa onde o Estado paga mais lentamente e onde a cobrança é mais difícil. E dou-lhe um exemplo: hoje, para penhorar, por exemplo, um automóvel em caso de execução só a Conservatória do Registo Automóvel demora cinco meses...!

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Os senhores foram governo podiam ter alterado isso!

O Orador: — Portanto, acho, no mínimo, caricato vir a uma sessão de perguntas ao Governo destas exhibir essa «bandeira», independentemente do mérito da iniciativa. É óbvio que aprovamos e apoiamos uma iniciativa destas.

Vozes do PS: — Ah!...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Estava combinado!

O Orador: — É evidente que estamos sempre de acordo com tudo o que seja para diminuir a burocracia e para simplificar o processo!

Vozes do PS: — Ah!...

O Orador: — Agora, convenhamos que é caricato, ainda para mais quando o problema de fundo não está resolvido.

Gostava que o Sr. Secretário de Estado viesse aqui exibir a «bandeira» de ter resolvido o problema do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, que constitui um grave problema na constituição de empresas, não são tanto os notários. Se o Registo Nacional de Pessoas Colectivas, na era da informática, na era da informação, estivesse disponível *on line* na Internet, então, os empresários até calmamente nas suas casas podiam aceder e fazer o registo do nome da sociedade.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — O PSD foi governo durante tanto tempo e nada fez, nada!

O Orador: — Portanto, diria que...

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — Sem fazer pergunta alguma ao Sr. Secretário de Estado, direi que esta é uma medida meritória, mas é, convenhamos, uma minudência no domínio daquilo que é o problema da competitividade.

É evidente, que não falarei de competitividade, porque o Sr. Secretário de Estado não tem responsabilidades a esse nível, mas, se falássemos de competitividade, com certeza que teríamos muitos reparos a fazer à não acção do Governo em relação a essa matéria.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Nuno Magalhães.

O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Justiça, começo, obviamente, por democraticamente agradecer os cumprimentos e desejar-lhe também as maiores felicidades no desempenho da função.

Em relação a esta pergunta feita pela Sr.^a Deputada do Partido Socialista, devo dizer que esta medida é, de facto, para o Grupo Parlamentar do CDS-PP, uma medida positiva, assim como o serão todas as que se destinem a desburocratizar e agilizar o funcionamento da Administração Pública. Não temos qualquer tipo de prurido de a reconhecermos como tal.

Confesso, no entanto, que, por terem passado apenas dois meses, me parece um bocadinho cedo demais para tanta euforia, mas oxalá — se calhar V. Ex.^a chamar-me-á conservador, e não me ofenderá com certeza — que essa euforia seja, de facto, uma euforia com substância e que possamos com tal competitividade sair do marasmo em que o nosso país se encontra.

Em todo o caso, Sr. Secretário de Estado, se tem esses dados (e creio que os tem), gostaria de fazê-lhe uma pergunta. É que muitas vezes o problema, que existia e está a ser resolvido, também reside na constituição da empresa, mas vai residir, depois, em pequenos passos subsequentes para que essa empresa, uma vez constituída, possa começar de facto a sua actividade. Às vezes, são precisas licenças de funcionamento, alvarás, e muitas outras coisas — porque ainda há muito caminho a percorrer, como certamente reconhecerá —, portanto, a minha pergunta vai no sentido de saber se tem, de facto, dados que nos permitam dizer que essas empresas — creio que mais de meia centena (e corrigir-me-á, se eu estiver errado) — já constituídas, estão hoje de facto a funcionar.

Em suma, Sr. Secretário de Estado, dessas empresas constituídas, quantas estão já de facto a funcionar?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Justiça, o Governo do PS prossegue uma política económica de liquidação acelerada das micro, pequenas e médias empresas, em particular, do sector produtivo.

Digamos, então, que esta medida, sendo necessária, é, em nossa opinião, claramente insuficiente para responder à velocidade das falências das empresas do País, causadas pela política económica do Governo.

Vou colocar-lhe duas questões, Sr. Secretário de Estado, a primeira é para saber se no Projecto «Empresa na Hora» estão salvaguardados os riscos daqueles que fecham empresas, ficando a dever ao fisco e à segurança social e, às vezes, aos trabalhadores, mudando-se, por vezes, no mesmo concelho, para uma freguesia ao lado.

Passo à segunda questão, sem falar aqui de outros factores da competitividade da economia portuguesa, reais, como são os custos do acesso ao sector financeiro ou os custos da energia, do gás e da energia, senão o Sr. Secretário de Estado dir-me-ia que não era competente para me responder. Vou, pois, fazer-lhe uma pergunta mais curta, que é a de saber se o Governo também vai melhorar o tempo de pagamento das dívidas do Estado aos empresas, eu não diria numa hora, mas, pelo menos, nos 90 dias da praxe.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Justiça, que dispõe de 7 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Secretário de Estado da Justiça**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço as perguntas formuladas.

Em primeiro lugar, gostaria de responder ao Sr. Deputado Almeida Henriques, dizendo-lhe que, se nós em quatro meses fizemos a «Empresa na Hora», espere, para ver o que vamos fazer em quatro anos!

Aplausos PS.

Protestos do CDS-PP.

Em quatro meses, passámos a ter uma empresa criada em 1 hora e 17 minutos — espere para ver, e veja o que já foi anunciado!

Como sabe, Sr. Deputado, que é um empresário informado, até ao final deste ano vamos apresentar um pacote de desformalização e simplificação de actos notariais e registrais de registo comercial. Vamos fazê-lo em conjunto com as associações empresariais, com as centrais sindicais e com as associações de defesa do consumidor.

Até ao final deste ano, temos um forte pacote de eliminação e simplificação de actos notariais e registrais para apresentar. Não a privatização do notariado, que os Srs. Deputados, enfim, não se recordaram nesta sessão, e que o PSD levou a cabo,....

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O PS interrompeu!

O **Orador**: — ... e que significa, para o Estado e para o Ministério da Justiça, uma perda de 85 milhões de euros por ano.

Vamos directamente àquilo que interessa às pessoas, à eliminação e simplificação de actos notariais e registrais. Isto, até ao fim deste ano, para as empresas. No primeiro semestre do ano que vem, adoptaremos um pacote de eliminação e simplificação de actos para a vida das pessoas — registo predial, registo automóvel, registo civil. No meio disto tudo, o que ainda fazemos antes? Fazemos o documento único automóvel, Sr. Deputado. Até lá, ainda, em Janeiro, um regime especial de extinção de sociedades; e, ainda, um novo modelo de prestação de contas, também em Janeiro. E, ainda, no primeiro semestre do ano que vem, a «Empresa na Hora» desmaterializada, criada pela Internet.

Sr. Deputado Almeida Henriques, se isto não é reformar e se isto não é ir directamente àquilo que interessa ao empresariado, à economia nacional e aos trabalhadores também, porque aos trabalhadores interessa ter empresas em bom funcionamento na economia nacional, então, Sr. Deputado, não sei efectivamente se isto não é relevante.

Aplausos do PS.

O Sr. **Almeida Henriques** (PSD): — E as cobranças?

O **Orador**: — Sr. Deputado Nuno Magalhães, recordo que o número das «empresas na hora» constituídas não foi de meia centena, foram 587, até dia 19 de Setembro. Terei todo o gosto em enviar-lhe as estatísticas da «Empresa na Hora» e os códigos de actividade económica das «empresas na hora» constituí-

das, de onde poderá constatar que a larguíssima maioria das «empresas na hora» começou logo a funcionar. Até porque o regime legal da «empresa na hora» diz que se aplica àquelas sociedades que não precisam depois de licenças ou autorizações posteriores para iniciar o seu funcionamento. Portanto, a «empresa na hora» está a funcionar em 1 hora e 17 minutos.

A Sr.^a **Helena Terra** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Deputado Agostinho Lopes, penso que a matéria da sua pergunta é muito relevante, porque o Governo teve especiais cautelas na constituição da «empresa na hora». O Governo sabia que era preciso ter cautelas especiais, por causa da fraude fiscal e, particularmente, por causa do chamado «IVA em carrossel». Por isso é que se preocupou em criar um sistema que fizesse com que a «empresa na hora» fosse mais segura do que uma sociedade comercial normal. A «empresa na hora» é mais segura do que uma sociedade comercial criada pela via tradicional! Porquê? Porque, Sr. Deputado Agostinho Lopes, quando a «empresa na hora» é constituída, diante da única entidade perante a qual é constituída — o registo comercial — é enviado um sinal electrónico à administração fiscal que, assim, pode controlar aquilo que, antes, não podia controlar com facilidade. Controlar o quê? Controlar a constituição da «empresa na hora», controlar quem constituiu a «empresa na hora» e, sobretudo, controlar quem é responsável, porque sabe quem são os sócios, sabe quem são os sócios gerentes e sabe quem é que pode ser responsabilizado, caso não cumpra as obrigações fiscais. Portanto, temos um melhor controlo com a «empresa na hora».

Sr. Deputado Agostinho Lopes, deste modo, as fraudes e os problemas de fraude foram acautelados e, neste momento, temos um sistema melhor para controlar fraudes fiscais e melhor para controlar o «IVA em carrossel», por causa da «empresa na hora».

Applausos do PS.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria ainda, para terminar, de endereçar novamente um comentário ao Sr. Deputado Almeida Henriques, recordando mais um aspecto da «empresa na hora», que a Sr.^a Deputada Helena Terra referiu, e que é de toda a relevância. É que, no próprio diploma em que foi constituída a «empresa na hora», estipulou-se que as publicações em *Diário da República* dos actos da vida das empresas, ou seja, os actos de registo comercial e os actos da vida societária que precisavam de ser publicados em *Diário da República*, deixavam de ser publicados em *Diário da República* e passam, hoje, a ser publicados num *sítio web*. Isto aplica-se à generalidade das sociedades a partir do dia 1 de Janeiro e já se aplica hoje à «empresa na hora».

Este é um sistema mais eficiente, mais cómodo e mais simples. É mais eficiente porque o registo comercial procede logo à publicação, sem mais, assim que é praticado o acto de registo comercial. A informação sobre a empresa surge logo no *sítio web* e não no *Diário da República*. O acesso é gratuito, e a informação aos cidadãos sobre a constituição da empresa e sobre quem é sócio da empresa e quem é responsável passa a estar disponível no *sítio web*.

Trata-se, sobretudo, de mais um estímulo ao empresariado, porque o preço desproporcionado de publicação em *Diário da República* é de 77€ por cada lauda de publicação, isto é, por cada folha de publicação em *Diário da República*. Foi alterado, passando a ser, a partir de 1 de Janeiro, de 30€, apenas, preço único.

Se isto não é relevante para as micro e pequenas empresas, então, quero saber o que é relevante para as micro e pequenas empresas.

A Sr.^a **Helena Terra** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Deputado, não gostaria de concluir sem dizer-lhe ainda o seguinte: este é o sistema que vai estar a funcionar para as empresas constituídas pela via tradicional, a partir do dia 1 de Janeiro. É o sistema que já hoje funciona para a «empresa na hora».

O Sr. Deputado já hoje pode ver, em www.mj.pt/publicações, as «empresas na hora» constituídas. Um sistema transparente que permite, portanto, até ao cidadão controlar as «empresas na hora» e verificar se efectivamente a empresa está a ser constituída de forma correcta e segura, ou não. Portanto, o próprio cidadão passa a ter uma informação mais fácil.

Srs. Deputados, se não é isto que é relevante para fazer pela economia nacional, então, não sei o que será. E em 4 meses! Portanto, esperem para ver o que acontecerá em quatro anos!...

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para formular a pergunta sobre a «Política do Governo para a área do medicamento e seus efeitos nos custos para a população», tem a palavra a Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros e Srs. Deputados, saúdo a presença do Sr. Ministro da Saúde, nesta sessão de perguntas ao Governo.

Em primeiro lugar, quero dizer que estamos a favor de medidas que racionalizem os gastos com medicamentos para os utentes e para o Estado e que reduzam as margens de lucro no negócio dos medicamentos. Estamos a favor, o que não aceitamos são embustes!

É verdade que o Governo decretou a baixa em 6% do preço dos medicamentos. Mas tomou ao mesmo tempo outras medidas que introduzem sérias injustiças na distribuição dos gastos com medicamentos, em que o nosso país já carrega muito os utentes. O Governo, afinal, «dá com uma mão e tira com a outra», mas tira mais do que dá.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É verdade!

Risos do Deputado do PSD Luís Marques Guedes.

O **Orador**: — Senão, vejamos: o Governo retira a majoração de 10% na comparticipação dos medicamentos genéricos, o que vai certamente levar a uma estagnação ou mesmo diminuição no seu uso, e penalizar os utentes que os comprem.

A Associação Nacional das Farmácias aponta para custos acrescidos de 16% ao ano. O Governo tem dito que se trata de uma resposta de um *lobby* ofendido. Pois bem, apresente, então, hoje, o Governo, os seus números e cá estaremos para discutir os números do Ministério da Saúde: quanto poupa o Governo e quanto gastam a mais os utentes com esta medida?

O Governo baixou, por outro lado, a comparticipação dos medicamentos do «escalão A» de 100% para 95% — uma medida que afecta em muitas situações doentes crónicos que precisam deste apoio. Legisrou também o Governo, dizendo: mas os pensionistas que tenham o rendimento inferior ao Salário Mínimo Nacional não serão abrangidos, terão uma bonificação para voltarem a ter o medicamento gratuito. Bom, mas o problema é que isso não está regulamentado.

Exige-se que o utente tenha um documento, emitido pelo Ministério da Saúde, para poder ter acesso a essa bonificação acrescida. Pergunto ao Sr. Ministro da Saúde quantos documentos já foram emitidos para que os utentes mais idosos e com menos rendimentos possam ter novamente a comparticipação a 100%.

O Governo, por outro lado, mantém o injusto sistema de preços de referência, no que diz respeito aos medicamentos genéricos, o que faz com que os utentes, quando o médico não autoriza a substituição do medicamento de marca por um genérico, tenham de pagar do seu bolso a diferença da comparticipação. Trata-se de uma medida do governo anterior, errada, que este Governo mantém e não dá sinal algum de querer alterar.

Sabemos também que o Governo se prepara para avançar num movimento geral de descomparticipação ou de diminuição de comparticipação de muitos medicamentos. Sabemos que isto está nas intenções do Governo, como, aliás, bem o indiciam algumas expressões que estão no Programa do Governo, sempre invocado nos debates na Assembleia da República. É o exemplo da pílula anticoncepcional; muitos outros exemplos que, certamente, por aí virão.

Mesmo quanto à baixa dos 100%, são as empresas que indicam os preços a praticar. E se não forem aferidos pelo Ministério, automaticamente, passarão a ser consagrados. Só entra em vigor, quando se esgotarem os stocks. Neste momento, está em vigor na lei, não está em vigor na prática. E já há vários laboratórios que pediram isenção e o Governo ainda não nos disse — e espero que, hoje, diga — quais são os efeitos desta isenção no volume total de medicamentos, quantos medicamentos, afinal, não irão baixar de preços, com custos para os utentes e para o Estado.

O Governo fez uma legislação cheia de alçapões para poderem ser aproveitados pela indústria e pelos agentes negociais neste sector, faz uma política de poupança cega à custa dos utentes e, hoje, sabemos que o Governo diz que não, mas os portugueses sentem que estão a pagar mais pelos seus medicamentos.

Applausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde** (Correia de Campos): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, os meus agradecimentos pela sua pergunta.

O Sr. Deputado falou em embustes e em alçapões. Creio que lhe explicarei que não existem nem embustes nem alçapões.

Em primeiro lugar, a redução dos 6% representa 40 a 50 milhões de redução de encargos para os cidadãos, em 85 a 95 para o Serviço Nacional de Saúde. Espero que estes números não lhe causem engulho. Suponho que o senhor defende quer um quer outro.

Nos 10 medicamentos mais vendidos, os *top ten*, a poupança será para os cidadãos de 5,6 milhões e de 11,6 para o Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O problema é que não baixam!

O **Orador**: — Em segundo lugar, o Sr. Deputado mencionou aquilo que julga serem as más notícias, mas não mencionou uma das mais importantes boas notícias, que é a da redução de 10% nos medicamentos com preços provisórios. É uma redução importante, muito importante, mas, infelizmente, pouco falada.

Quanto à retirada da comparticipação dos genéricos dos 10% adicionais, sim, é verdade, há uma redução, desaparecendo a comparticipação adicional de 10% que havia nos genéricos e que, Sr. Deputado, já agora, informo-o, foi criada pelo governo socialista em 2000. Bom! Mas essa comparticipação foi criada num contexto em que interessava lançar os medicamentos genéricos, sendo que esse contexto mudou. Neste momento, os medicamentos genéricos estão muito bem comercializados, estão lançados, têm uma agressividade comercial muito forte, têm alta competição mas, infelizmente, são caros, dizem até que são os genéricos mais caros da Europa. Por que é que são caros? Porque também nós ajudámos a que eles fossem caros; quando demos o *boost* de 10%, também nós ajudámos a que eles não fossem mais baratos. E recordo que o preço dos genéricos é um preço máximo, não é um preço mínimo.

Portanto, o que se vai passar, com o funcionamento do mercado, Sr. Deputado — e eu sei que o senhor não acredita no funcionamento do mercado, acredita mais no normativismo —, é que os genéricos também vão baixar de preço, quando retirarmos os 10%.

De resto, Sr. Deputado, se estiver muito preocupado, devo dizer-lhe que também não vale a pena ampliarmos desnecessariamente a gravidade da situação, porque os genéricos representam 7,6% em volume de vendas e 13% em valor das vendas.

Acabou o tempo?!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não, não! Ainda pode continuar! Aliás, ainda não nos esclareceu!

O **Orador**: — Quanto à redução do escalão A para 95%, o Sr. Deputado Bernardino Soares pode não acreditar mas todo o produto tem um valor e tem de ter um valor. A subvenção a 100%, universal, para todos, beneficia, certamente, aqueles que dela precisam mas beneficia também muitos daqueles que dela não precisam.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Então, tira-se aos que precisam!

O **Orador**: — Por isso, tivemos o rigor de criar três exceções, na redução de 100% para 95%, numa lógica em que o senhor não acredita, que é a da equidade vertical, ou seja, tratamento desigual de desiguais. O que é que fizemos? Relativamente a medicamentos de sustentação de vida, designadamente as várias hormonas e insulinas, bem como imunomoduladores, mantêm-se nos 100%; os regimes especiais de comparticipação dos medicamentos das doenças especiais, em hospitais e farmácias, mantêm-se nos 100%; os pensionistas abaixo do salário mínimo, até à portaria — e já vou explicar-lhe o porquê da portaria —, verão ser-lhes aplicado, nas farmácias, o sistema de desconto dos 95%. E, se for às farmácias, vai ver que elas já estão a aplicar esse sistema, aliás, ainda ontem tivemos essa informação.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Ministro da Saúde.

O **Orador**: — Portanto, Sr. Deputado Bernardino Soares, sejamos honestos, não há alçapões nem política cega, nem embustes.

Relativamente à pílula ou ao anticoncepcional oral, responder-lhe-ei posteriormente, porque há uma pergunta específica sobre essa matéria.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, sobre a questão da majoração nos genéricos, parece que o Sr. Ministro está satisfeito com o mercado de genéricos...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Exactamente!

O **Orador**: — ... e abdica de fazer aumentar este mercado.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Pelo Governo, até pode acabar!

O **Orador**: — Aliás, se o Sr. Ministro diz, e é verdade, que temos os genéricos mais caros da Europa, por que é que não aumenta a diferença obrigatória entre o preço dos genéricos e o preço dos seus simila-

res de marca, para obrigar a que os genéricos tenham também um preço mais baixo? Por que é que, por exemplo, não revoga os genéricos de marca, que têm incluídas no seu preço despesas de *marketing* e de propaganda, e que foram estabelecidos — o Sr. Secretário de Estado da Saúde sabe-o bem — no tempo dos governos do Partido Socialista, obrigando também, por essa via, a uma baixa de preços?

Quanto à redução de preços provisórios, ela vem — e vamos ver com que efeitos — colmatar uma lacuna que o próprio Sr. Ministro deixou na legislação, quando esteve no Governo, em tempo anterior. Mas a verdade é que, também em relação a esta disposição, está prevista a possibilidade de isenção e o Sr. Ministro ainda nada disse sobre o universo da isenção em relação à baixa dos medicamentos, incluindo os preços provisórios.

Quanto à questão dos 95% e de haver gente que não precisa de ser apoiada com a participação total, o que lhe digo, Sr. Ministro, é o seguinte: não me importa nada que os ricos, doentes crónicos, tenham participação a 100%, importa-me mais que os que não têm recursos passem a tê-la a 95%, sendo que esses 5%, muitas vezes, são muito onerosos para os seus rendimentos. E o que me importa também é que os ricos, doentes crónicos ou não, paguem os impostos suficientes, porque aí é que se corrige a injustiça,...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — ... aí é que se distribui a riqueza...

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — ... e não através de medidas cegas que tanto se aplicam aos que são ricos como se aplicam aos que são pobres.

O Sr. Ministro não disse ainda onde é que está o documento emitido pelo Ministério da Saúde para permitir ter acesso aos 95%, porque o que a lei diz é que há um documento emitido. Pergunto: quantos documentos já foram emitidos?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, deixe-me começar por saudar a sua presença em Plenário, para responder a esta pergunta. Demonstra, provavelmente, ou a importância da matéria que estamos a discutir ou a dificuldade que o Sr. Ministro tem tido para justificar esta ideia que tentou passar aos portugueses, de que os medicamentos iam baixar, quando, ao contrário, todos os portugueses tem percebido que vão pagar mais pelos seus medicamentos, ao longo dos próximos tempos.

As medidas que o Sr. Ministro introduziu são, quanto a nós, muito claramente, na mesma lógica que seguiu o anterior governo, ao introduzir os preços de referência, ou seja, transferir para os utentes os gastos em medicamentos no País. E nós sabemos que, em Portugal, os números já são assustadores, quando comparados com os dos países de referência. Na Europa dos Quinze, somos aquele que gasta mais, em termos de despesa total com medicamentos, somos aquele em que o peso dos gastos com medicamentos é o maior nos gastos com saúde, somos o País, provavelmente a seguir à Itália, onde a despesa com utentes e medicamento é superior.

Assim, o que o Sr. Ministro resolveu fazer em relação a isso foi retirar a participação de 100% a 388 medicamentos. E fez mais: acabou com os 10% de bonificação que havia nos genéricos.

Ao contrário do que o Sr. Ministro tem dito, a presença dos genéricos no mercado de medicamentos não é excelente. Diz o próprio Observatório do Medicamento e dos Produtos de Saúde que a quota de mercado dos genéricos reduz-se a 12,27%, isto é, muito distante daquilo que eram os 20% estabelecidos pelo estudo da Euro Economics.

Sr. Ministro, vou ser breve, porque o tempo é escasso. Deixe-me dizer-lhe que aquelas que eram as medidas fundamentais não foram tomadas.

Por um lado, devia acabar-se com a lógica perversa de as farmácias e os armazénistas terem uma percentagem sobre os medicamentos, porque isto leva a que haja uma venda dos medicamentos mais caros. E é incompreensível por que é que no meio das medidas que foram apresentadas, o Sr. Ministro não estabeleceu, tal como existe no Reino Unido, um valor fixo por grupos homogéneos.

Em segundo lugar, aquilo que percebemos, se analisarmos as despesas crescentes e exponenciais com medicamentos, é que temos, em Portugal, um padrão de prescrição que leva a uma lógica de consumo de medicamentos mais caros.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Termino já, Sr. Presidente.

O que importa perceber é que, nos centros de saúde, onde se localizam 63% dos medicamentos prescritos em ambulatório, é fundamental ter um programa de fundo que altere o padrão de prescrições.

Ao contrário da descida dos medicamentos, o Sr. Ministro tem de explicar se os números da ANF, que indicam aumentos na ordem dos 200% e dos 182% para o escalão B do regime especial, são ou não verdadeiros. É esta a explication que o Sr. Ministro tem de dar ao País, explicando ainda se as isenções pedidas pelos 13 grandes laboratórios em Portugal vão ou não ser atendidas.

Applausos do BE.

O Sr. Presidente: — Ainda para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Andrade Miranda.

O Sr. Carlos Andrade Miranda (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, naturalmente, é muito oportuna esta pergunta dirigida ao Governo, por iniciativa do Partido Comunista Português.

O Governo deve, efectivamente, explicações ao País sobre a turbulência que introduziu nesta questão dos medicamentos. E deve essas explicações a dois níveis: ao nível da inversão da sua própria política, a anunciada e a praticada; e ao nível da explication, da fundamentação, dos estudos que, eventualmente, poderão estar na base das decisões anunciadas e tomadas.

É certo que o Governo e o Partido Socialista tentaram, a todo o transe, esquivar-se a dar explicações ao País e a esta Câmara sobre esta matéria. Ainda ontem, o PSD se viu obrigado a usar o expediente regimental do agendamento potestativo para conseguir agendar um debate de urgência sobre a política do medicamento, para o próximo dia 12, porque estamos perante uma matéria de grande urgência. Para esse debate, Sr. Ministro da Saúde, era fundamental, para o País e a Câmara, que V. Ex.^a pudesse disponibilizar os estudos e os fundamentos que estiveram, designadamente, na base da decisão que tinha como pressuposto a afirmação de V. Ex.^a de que o mercado dos genéricos se encontrava já consolidado, a quota dos genéricos estava consolidada e acreditava ainda num aumento dessa quota como uma reacção previsível do mercado em função das medidas agora protagonizadas. Tudo isto é belo, tudo isto pode ser verdade mas nós necessitamos de provas, necessitamos de estudos, necessitamos de fundamentos para podermos apreciar criticamente estas medidas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Caeiro.

A Sr.^a Teresa Caeiro (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, de facto, ao CDS suscitam-se grandes dúvidas relativamente à política de medicamentos que tem vindo a ser levada a cabo pelo Governo. E foi neste sentido que apresentámos um pedido de apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 129/2005, sobre o regime de comparticipação de medicamentos.

Já muitas realidades foram aqui invocadas e o Sr. Ministro não poderá deixar de concordar que, dos 400 medicamentos que deixaram de beneficiar de uma comparticipação a 100%, praticamente todos são, sobretudo, utilizados por doentes crónicos, por parte de uma população especialmente vulnerável, mais idosa e cujo orçamento mensal é largamente absorvido com a aquisição desses medicamentos.

As duas questões que lhe coloco, Sr. Ministro, são muito concretas.

Não havendo regulamentação de um diploma — o que é algo de relativamente inexplicável, após a sua publicação no início de Agosto —, onde se prevê que seja excepcionada para alguns casos, nomeadamente para as pessoas com menos recursos financeiros, a aplicação dos apenas 95% de comparticipação, o Sr. Ministro pode garantir-nos que, no dia 11 de Outubro, que é o dia da entrada em vigor do diploma, qualquer cidadão que se enquadre na situação dos menos de 14 salários mínimos anuais vai beneficiar da comparticipação a 100%? O Sr. Ministro pode garantir a esta Câmara e ao País que isso vai suceder?

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Bem lembrado!

A Oradora: — Em segundo lugar, o Sr. Ministro pode afirmar, com convicção, que está contente,...

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Concluo em 2 segundos, Sr. Presidente.

O Sr. Ministro pode afirmar, com convicção, que está satisfeita com uma quota de mercado de cerca de 7% do volume de vendas de medicamentos genéricos, quando a média europeia se situa entre os 20% e os 30%? O Sr. Ministro pode, efectivamente, afirmar que está satisfeita e que considera que a função do medicamento genérico está cumprida?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Ainda para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Antónia Almeida Santos.

A Sr.^a **Maria Antónia Almeida Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista regista, com agrado, as novas medidas na política do medicamento, uma vez que se inserem numa política de verdade que há muito tardava no Ministério da Saúde e no sector da saúde.

Por isso, Sr. Ministro, é com muito respeito pela sua acção que o interpelo.

Se é certo que o Estado poupa, em virtude do abaixamento dos preços de medicamentos, por cortes nas margens da indústria, das farmácias e dos armazénistas, se é certo que o Estado também poupa, porque deixa de comparticipar em 10% alguns desses medicamentos, concretamente os genéricos, a questão que se coloca, Sr. Ministro, é a de saber se esta medida pode ter como efeito o aumento de encargos para as famílias.

Na certeza de que os utentes que dependem de alguns medicamentos para viver continuarão a não sofrer agravamento no custo desses medicamentos e do facto de a taxa de comparticipação de 100%, que baixa para 95%, com a excepção já referida, não afectar cidadãos com menores rendimentos, pelo que também estes continuarão a não sofrer agravamento, sendo que a política de diminuição de medicamentos é também uma medida de regulação social — bem sabemos que a concepção de regulação social dos Srs. Deputados da oposição vai variando conforme os ânimos —, diga-nos, Sr. Ministro, muito concretamente — e era bom que esta matéria ficasse bem esclarecida, porque é complexa e muito importante —, o que é que, na sua perspectiva, pode acontecer com o preço dos genéricos, como é que irá comportar-se o mercado, sendo certo que Portugal é um dos países da Europa onde esses medicamentos são mais caros.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde. Dispõe de 9 minutos.

O Sr. **Ministro da Saúde:** — Em primeiro lugar, dois esclarecimentos ao Sr. Deputado Bernardino Soares.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado, não houve lacuna alguma na legislação dos preços provisórios. Mais uma vez o Sr. Deputado veicula a propaganda da Associação Nacional de Farmácias.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Essa agora! Nunca viram os preços!...

O **Orador:** — A lei estabelece, desde o princípio, que nos anos em que não houver modificação de preços esse dispositivo legal é defensivo para as finanças públicas, porque até aí todas as modificações de preço se traduziam em mudança. Ora bem, nos últimos três ou quatro anos houve modificações de preços que podem traduzir-se em recessão, porque naquilo que estamos a fazer em Portugal, Sr. Deputado, não somos originais, estão a fazê-lo também os países que nos servem de base de comparação.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, devo dizer-lhe que a vinhetas verde está em vigor. Ainda ontem tivemos a confirmação de que as farmácias estão a aplicar a vinhetas verde para a excepção na comparticipação de 5%, ou seja, na de 100% para 95%.

Mas atenção: os medicamentos não foram descomparticipados! Os que eram participados a 100% é que passaram para 95%, com aquelas excepções todas que eu referi e que são altamente justificáveis não só pelas situações de sustentação de vida como pela situação de uma rede de protecção social àqueles que têm pensões abaixo do salário mínimo nacional multiplicado por 14.

Essa é que é a política séria e de diferenciação positiva! Quando o senhor diz que não se importa nada com os 5% que os mais possidentes paguem, eu respondo-lhe, Sr. Deputado, que essa era a crítica que a direita fazia em Inglaterra ao serviço nacional de saúde quando a Rainha de Inglaterra, por força do *National Health Club*, estava isenta do pagamento de cuidados de saúde. Não percebo como é que o senhor, agora, se identifica com os argumentos da direita...!

Aplausos do PS.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É só demagogia! Então a resposta? Quantos documentos foram passados?

O **Orador:** — Ah!... Muito bem! Os que «foram passados»...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Já devia ter explicado.

O Orador: — Já lhe explico, tem toda a razão!

O Sr. António Filipe (PCP): — Se não perguntássemos ia embora e nada dizia!

O Orador: — Não, não ia. Havia outra pergunta e estava registado. Não se preocupe que não é por falta de frontalidade e por falta à verdade que o Ministro da Saúde deixará de estar aqui presente sempre que quiserem.

Applausos do PS.

Portanto, comentários de menos boa-fé, Sr. Deputado, não estou autorizado a aceitá-los de si.

Vamos então às isenções. Até ontem à noite, requereram a isenção à Direcção-Geral da Empresa, com o suposto preenchimento da condição de terem investido mais de cinco milhões de euros em investigação pré-medicamentosa no ano de 2004, sete empresas. Foi-lhes solicitado que apresentassem até segunda-feira a prova de que efectuaram ensaios de fase 1 e que gastaram cinco milhões, prova essa que é feita por protocolos clínicos. Logo, todos os requerentes que apresentarem tais documentos confirmativos verão os seus medicamentos serem, como é óbvio, objecto de isenção.

Devo dizer-lhe que não são os grandes laboratórios que requerem essa isenção. Sr. Deputado! Sabem quem a requer? Requerem-na os laboratórios nacionais,...

A Sr.^a Zita Seabra (PSD): — Não é verdade!

O Orador: — ... porque a legislação fala em investigação no País e não no estrangeiro. Sr.^a Deputada, há um laboratório estrangeiro apenas na lista dos sete. Portanto, o que referiu não tem razão de ser.

Por que é que não posso dizer-lhe qual é o número total? Não posso porque não sei qual o despacho que irá ser exarado, não sei o que é que os requerentes vão demonstrar e o que é que os serviços vão recomendar.

Sr.^a Deputada Ana Drago, a senhora tem razão. A imagem que passou um pouco na opinião pública foi a de que os encargos vão subir. E essa imagem passou porque foi fruto de uma propaganda lançada pelo maior *lobby* de pressão que existe em Portugal na área dos medicamentos, um *lobby* que «engordou» à custa do Estado, como todos sabemos. Se a senhora olhar para o que se passa na comunicação social é muito fácil identificar essa situação.

Relativamente à lógica perversa das margens, não posso estar mais de acordo consigo. Vamos trabalhar a portaria que está em preparação — e que, como sabe, substitui a que foi aprovada —, que deve estar cá fora até ao dia 31 de Dezembro e que vai olhar para isso. Não era possível mudar, de repente, toda a lógica de um sistema que está baseado no *ad valorem* e que é profundamente injusto, como todos sabemos, para uma lógica baseada no número de unidades ou no número de princípios activos. Mas a senhora tem razão, é isso que vamos fazer.

Já agora espero que não tenha canais directos com os interessados na deturpação desta medida. Eu não tenho qualquer dúvida em apresentá-la aqui custe o que custar.

Quanto aos formulários nos centros de saúde, tem V. Ex.^a razão, Sr.^a Deputada. Para lhe dar um exemplo prático, em matéria de planeamento familiar aprovei ontem uma lista dos medicamentos cuja dispensa se recomenda no âmbito do centro da saúde. É uma lista reduzida para poder ser operacional, para poder ser comprada, para poder ser praticada. Essa lista precisa de muito consenso, ou seja, precisa do consenso de todos os profissionais, embora o grupo que a fez fosse um grupo nacional, como lhe explicarei depois. É nesse sentido que me parece que temos de trabalhar.

Respondi já que não são 13 grandes laboratórios e que nem são sequer grandes laboratórios.

A Sr.^a Zita Seabra (PSD): — São os pequenos?!...

O Orador: — São apenas sete laboratórios, dos quais apenas um é estrangeiro, o que quer dizer que são seis nacionais.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Vamos ver!

A Sr.^a Zita Seabra (PSD): — E os outros todos?!...

O Orador: — Portanto, o que disse não tem qualquer razão de ser.

Sr. Deputado Carlos Miranda, reparo que o senhor amplia a propaganda contra as medidas dos medicamentos, usando expressões como «turbulência». Fica com V. Ex.^a essa ampliação. Do que não pode é acusar-me, e ao Ministério da Saúde, de recusa na participação em todos os debates que o Sr. Deputado e o seu grupo parlamentar entendam solicitar.

Applausos do PS.

Cá estaremos no dia 12 de Outubro com mais informação, com informação mais actualizada, esperando satisfazer todas as suas dúvidas. Com todos os estudos!...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Também não tinha alternativa!

O **Orador**: — Quanto aos estudos e aos fundamentos, Sr. Deputado, basta que no-los peçam especificamente. A Assembleia da República tem um Regimento que lhe permite fazer requerimentos; nós temos por regra responder atempadamente aos requerimentos e, portanto, terei todo o prazer em responder ao seu.

Também me custa perceber que o Sr. Deputado, situando-se no espaço político do PSD, não acredite no mercado, não acredite que, afinal, é do mercado que pode vir a desregulação dos preços administrados, o que pode levar os preços a baixar. O que temos estado a fazer, em muitos casos, é a proteger preços absurdamente altos em muitas matérias. Sabe porquê? Sabe o que é que se passa em muitos sítios? O que se passa é que muitos medicamentos são...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, queira concluir, se faz favor.

O **Orador**: — Concluo já, Sr. Presidente.

Como dizia, o que se passa com muitos medicamentos é que deles são encomendas 100 unidades, são pagas 100 unidades e são entregues 200. Aqui tem o que se passa.

Sr.^a Deputada Teresa Caeiro — e muito rapidamente —, já expliquei que não foram descomparticipados medicamentos alguns e que apenas houve uma redução de 100% para 95%. Garanto-lhe que no dia 11 de Outubro qualquer cidadão vai beneficiar da isenção. Aliás, posso até garantir-lhe que amanhã, dia 24, ou na segunda-feira, as farmácias já estarão a aplicar a qualquer cidadão a isenção, que já estava a ser praticada, com base nos 14 salários mínimos.

Não tenho agora tempo para lhe explicar por que é que o vamos fazer, mas se houver tempo procurarei, aquando da resposta às outras perguntas, esclarecer-lá.

Quanto à pergunta sobre se estou satisfeito com uma quota de mercado de 7%, quero dizer-lhe que não estou satisfeito e que gostaria que esta quota de mercado se ampliasse. Mas para que isso aconteça temos de baixar o preço dos genéricos e a forma de o fazer é desregular o seu preço, que é apoiado, excessiva e desnecessariamente, pelo Estado.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Ministro.

O **Orador**: — Conclui, Sr. Presidente.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma outra pergunta ao Sr. Ministro da Saúde, relativa ao Hospital do Seixal, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde: Os utentes de saúde dos concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra são, hoje, entre 380 000 a 400 000. É uma população que continua em rápido crescimento e que tem, para satisfazer as suas necessidades de saúde, única e exclusivamente, o Hospital Garcia de Orta, em Almada, o qual foi projectado para atender cerca de 150 000 utentes.

Temos, assim, 400 000 utentes que, para satisfazerem as suas necessidades de saúde têm um único hospital, projectado para 150 000 utentes.

Não obstante os esforços admiráveis dos profissionais de saúde do Hospital Garcia de Orta, a verdade é que esta unidade de saúde já não consegue dar resposta a toda esta população. A construção de uma nova unidade de saúde é fundamental e, do ponto de vista do CDS-PP, absolutamente essencial para a qualidade de vida dos cidadãos que residem nesta zona do País.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — A população de Seixal já apresentou um abaixo-assinado, com cerca de 65 000 assinaturas, solicitando a construção de uma nova unidade hospitalar, complementar ao Hospital Garcia de Orta.

A verdade é que existe no Seixal um terreno, com cerca de 80 ha, com excelentes acessibilidades e que já é pertença do Estado, terreno esse que está disponível para a construção de um novo hospital.

O CDS-PP, através do Sr. Deputado Nuno Magalhães, eleito pelo distrito de Setúbal, já perguntou ao

Governo, no início desta sessão legislativa — ou Legislatura, para não ferir susceptibilidades —, o que é que estava a fazer neste particular e se o Governo apoia ou não a construção de uma nova unidade de saúde.

Foi-nos respondido na altura que o Governo estava a estudar. Só que, Sr. Ministro, como já lá vão cerca de seis meses, queremos colocar-lhe aqui, muito directamente, três questões.

Primeira questão: o Governo tem, ou não tem, um estudo sobre esta matéria?

Segunda questão: o Governo tem, ou não tem, uma decisão sobre esta matéria?

Terceira questão: o Governo vai, ou não vai, avançar para a construção de uma nova unidade de saúde no concelho do Seixal, que é absolutamente essencial para respeitar as necessidades de saúde da população que lá mora e que tem, neste momento, enormes carências no que respeita aos seus cuidados de saúde, quer nos serviços de atendimento permanente, quer nos centros de saúde, quer, até, na colocação dos seus médicos de família?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. Ministro da Saúde: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Mota Soares, temos muita sintonia de pontos de vista nesta pergunta. Sei que há um abaixo-assinado de 65 000 assinaturas, recebi os autarcas de Seixal preocupados com a situação de saúde no seu concelho, sei que, em dez anos, o Seixal aumentou a sua população em 28,5%, mas também sei que Sesimbra aumentou-a em 37,9% e Palmela em 21,7%, e sei, naturalmente, que, segundo a avaliação intercensitária, dos 74 000 habitantes que há a mais na península de Setúbal 33 000 são do Seixal.

No entanto, como sabe, há no distrito de Setúbal concelhos que até tiveram regressão populacional, como o Barreiro, onde essa regressão foi de 8%, e outros que tiveram um pequeno acréscimo, como Almada (6%), Moita (3,6%) e Montijo (8,7%).

No entanto, sem querer fugir à sua pergunta, o que mais me preocupa no Seixal e na zona de Sesimbra e de Palmela é a população não ter médicos de família. Isso é o que mais me preocupa, porque na Sub-Região de Saúde de Setúbal 25% da população não tem médico de família — são 215 000 habitantes. E essa taxa é mais elevada no Seixal (32%) do que em qualquer outro concelho; ou seja, praticamente 50 000 pessoas não têm médico de família. Não posso estar mais de acordo consigo.

Quanto ao hospital do Seixal, havia um estudo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, de 2002, entregue já depois de sairmos do governo, que recomendava uma unidade de saúde vocacionada para a população mais idosa. É certo que a população idosa do Seixal aumentou 86%, mas é certo também que a população, em número, que mais aumentou foi a da faixa etária dos 15 aos 64 anos — 26 430 pessoas. Ou seja, há um duplo aumento de população activa e de população idosa, o acréscimo de activos foi muito grande. Nesse sentido, não se pode dizer, como se dizia nesse relatório de 2002, que o que é preciso é construir um hospital para velhos, porque temos a intuição de que o Seixal e aquelas zonas estão a atrair muita população imigrante e jovem activa. Portanto, não nos podemos deixar embarrilar na questão de construir apenas um hospital para velhos.

O que é que se fez? Tenho evitado falar em «hospital do Seixal», porque não sei se o hospital vai ser no Seixal. Sei que vai haver um hospital na margem sul do Tejo, mas não sei se vai ser no Seixal e não quero criar falsas expectativas. Pode ser no Seixal, pode ser até noutro concelho limítrofe com melhores redes de comunicação. Não interessa. Sei que os autarcas do Seixal, naturalmente, gostariam que o hospital fosse lá, mas...

O Sr. Presidente: — Queria concluir, Sr. Ministro da Saúde.

O Orador: — O que não percebo, Sr. Deputado, é que seja tão pertinente nesta pergunta que me faz, mas o seu grupo parlamentar, no anterior governo, nunca tenha perguntado ao Ministro Luís Filipe Pereira por que é que não incluiu um hospital na margem sul do Tejo, na lista dos cinco hospitais a construir em parceria público-privada? Porquê?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, muito obrigado pelas suas considerações.

Começo por uma questão muito breve. Sr. Ministro, apresento-lhe o Deputado João Rebelo, membro do CDS-PP na anterior legislatura, que perguntou directamente ao Sr. Ministro Luís Filipe Pereira o que é que se estava a passar quanto à construção deste hospital.

Sr. Ministro, ficava-lhe bem, nesse particular, pedir desculpa ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, indo ao que é essencial, porque esta sua consideração final foi um mero pormenor, nós comungamos da sua preocupação (levantámo-la, aliás) com a falta de médicos de família para os utentes do Seixal. 50 000 utentes não têm, neste momento, médicos de família. A resposta que obtivemos, no início desta Legislatura, do Ministro da Saúde foi que estavam a ponderar a reestruturação do SAP (serviço de atendimento permanente), bem como a proposta do Centro de Saúde da Amora. Passados seis meses, nesse particular, continuamos com zero. Estou aqui a fazer-lhe também esta pergunta, porque é absolutamente essencial.

Terceira questão, para terminar, porque também não tenho muito tempo: o que o Sr. Ministro veio aqui dizer foi que, primeiro, não sabe se vai construir o hospital, segundo, não sabe quando é que vai construir o hospital e, terceiro, nem sequer sabe se o hospital vai ser construído ou não no Seixal.

A verdade, Sr. Ministro, é que há, no Seixal, um terreno, pertença do Estado, com todas as condições para fazer esta unidade de saúde, com condições excepcionais de acessibilidade para todos os utentes de outros concelhos, que está disponível — local há!!

Infelizmente, continuamos, por parte deste Governo e do Ministério da Saúde, com uma resposta absolutamente vaga: já não é, sequer, dizer-nos que não sabe quando é que vai ser construído; agora, é nem sequer saber onde é que pode ser construído. Essa falta de resposta merece, obviamente, a nossa forte oposição, Sr. Ministro.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Costa.

A Sr.^a Marisa Costa (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Pedro Mota Soares omitiu aqui a razão que o faz perguntar, só agora, pela construção do hospital do Seixal. É que o Sr. Deputado é agora candidato e cabeça de lista à Assembleia Municipal do Seixal.

Aplausos do PS.

Daí que esta pergunta seja compreensível, atenta a proximidade das eleições autárquicas.

Sr. Deputado Pedro Mota Soares, o governo anterior, no qual VV. Ex.^{as} também tiveram responsabilidades, nunca teve como prioridade a construção de um novo hospital na margem sul do Tejo, frente a Lisboa.

Vozes do PS: — É verdade!

A Oradora: — Como já foi referido pelo Sr. Ministro, exemplificativo do que se disse é o facto de não constar na lista dos talis famosos cinco hospitais a construção do hospital do Seixal, que o CDS-PP agora vem defender.

Vozes do PS: — É verdade!

A Oradora: — O Sr. Ministro da Saúde já havia informado a Assembleia da República de que o Ministério da Saúde tinha decidido encomendar os estudos técnicos necessários para permitir perceber como deverá ser reajustada a oferta hospitalar da sub-região de Setúbal e que conta ter, a este respeito, informação mais precisa até ao final do ano de 2005 — conforme ofício n.º 3744. O Sr. Deputado Pedro Mota Soares também se esqueceu de referir que o Sr. Ministro já tinha transmitido à Assembleia da República que a informação viria até ao final de 2005.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Ora, que eu saiba, ainda estamos no mês de Outubro e não se pode exigir de um Governo que apenas tomou posse há seis meses que faça o que VV. Ex.^{as} não fizerem em três anos. Estamos a falar não só de estudos mas também das propostas.

Aplausos do PS.

Neste contexto, pergunto ao Sr. Ministro...

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Ah! Finalmente a pergunta!

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A **Oradora**: — Concluo de imediato, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, no caso de o estudo ser conclusivo para a localização de um novo hospital na margem sul do Tejo, gostaria de saber se uma das possíveis localizações para esse hospital poderá ser o concelho do Seixal...

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Já respondeu que não sabe!

A **Oradora**: — ... e se se confirma a conclusão dos estudos encomendados pelo Ministério da Saúde até ao final deste ano, tal como já havia sido comunicado à Assembleia da República pelo Sr. Ministro.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Mota Soares pediu a palavra para que efecto?

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente. E vai verificar que é uma verdadeira interpelação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não pondo, aqui, em causa uma questão importante, que é saber se as perguntas da maioria se dirigem ao Governo ou aos outros grupos parlamentares, só queria perguntar a V. Ex.^a se existe alguma incompatibilidade para que um Deputado seja candidato a uma autarquia, nomeadamente a uma assembleia municipal. Isto é, se o facto de eu, como Deputado, ser candidato à Assembleia Municipal do Seixal, me limita os meus direitos políticos enquanto Deputado.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — É uma maioria «musculada»!

Vozes do PS: — É só para esclarecer!

O **Orador**: — Não consta em sítio algum essa excepção aos nossos direitos políticos, Sr. Presidente.

Já agora, gostava que cedesse à Deputada que me antecedeu no uso da palavra o requerimento que o Deputado Nuno Magalhães fez já sobre esta questão e também as intervenções do Deputado João Rebelo, na anterior legislatura, exactamente sobre esta questão, para que os Deputados do Partido Socialista não digam coisas que correspondem, objectivamente, a inverdades.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Está registada a interpelação, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Rebelo, pede a palavra para que efecto?

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, no seguimento do que foi dito pelo Deputado Pedro Mota Soares, de facto, já fiz aqui intervenções sobre esta matéria, na anterior legislatura, e era deputado municipal pelo Seixal. Portanto, não há novidade alguma. Penso que as coisas não podem ser assim, ou seja, têm de ter alguma seriedade. Quando uma pessoa diz que fez uma intervenção em determinado sentido, não podemos ter uns Deputados a pôr em causa o trabalho dos outros Deputados.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos do PS.

O **Orador**: — Os Deputados têm exactamente a mesma atitude estejam na maioria ou não. Os Srs. Deputados do PS que assumam a vossa responsabilidade.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Estão registadas as interpelações.

Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, enunciou aqui, de facto, aquilo que são os problemas centrais do concelho do Seixal, no que toca aos cuidados de saúde. Temos um problema em todo o distrito de Setúbal que é a necessidade de se construir um novo hospital, temos o problema de fazer uma qualificação quer do hospital de Almada quer do hospital de Setúbal e temos especificamente no concelho do Seixal um grave problema na rede de cuidados de saúde primários.

Os números que tenho são muito semelhantes aos do Sr. Ministro. De facto, temos praticamente 50 000 pessoas que não têm médico de família — portanto, um terço da população do concelho do Seixal. Temos problemas graves, por exemplo, no Centro de Saúde da Amora, onde existem 17 médicos para 53 000 pessoas. Mas temos também problemas de infra-estrutura e de instalações: por exemplo, o Centro de Saúde do Seixal está instalado numa antiga fábrica da cortiça e parece ser urgente construir uma nova unidade de saúde que possa alojar este centro de saúde.

No fundamental, o Sr. Ministro enunciou aqui o diagnóstico da situação, mas não fez aquilo que lhe competia, que é apresentar as soluções. Preocupados com a questão dos cuidados de saúde no concelho do Seixal parecemos estar todos, mas cabe ao Sr. Ministro assumir responsabilidades e dar-nos aqui uma resposta de quais são as medidas que vai tomar para dotar este concelho dos médicos de família que são necessários, como é que vai fazer a qualificação das infra-estruturas de saúde e qual é que pensa ser a data em que decidirá a localização e o início da construção do novo hospital na margem sul.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rodrigues.

O Sr. **Luís Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, estivemos, há pouco, na sequência da anterior pergunta, a falar do défice da saúde, de problemas orçamentais na saúde, da redução desse défice com as políticas que agora se apresentam para o medicamento. Mas parece que, de facto, o Ministério da Saúde não está nada preocupado com isso. Penso que a notícia que sai hoje nos jornais, a ser certa, demonstra exactamente o contrário. Por um lado, diz-se uma coisa; por outro lado, faz-se outra. Já estamos habituados, Sr. Ministro.

Relativamente a esta questão do hospital do Seixal, quero dizer, antes de mais, que sou vereador da Câmara Municipal do Seixal, sou candidato à Assembleia Municipal do Seixal. E não levantei esta questão desta forma; levantei esta questão...

Protestos do PS.

Já agora, um esclarecimento a toda a Câmara: eu e todos os Deputados do PSD de Setúbal, na anterior legislatura, levantámos várias vezes esta questão, através de requerimentos e em reuniões, sobre toda a rede hospitalar do distrito, nomeadamente quanto à unidade hospitalar e à rede de cuidados de saúde primários. Muita coisa ficou feita, muita coisa ficou preparada.

De facto, Sr. Ministro, há muito anos que o concelho do Seixal tem vários problemas: de falta de profissionais — médicos, enfermeiros e administrativos também — e de falta de equipamentos. Algumas coisas foram feitas. Melhorou alguma coisa. Alguns centros de saúde foram construídos e outros foram reinstalados.

No entanto, queria questioná-lo quanto a dois centros de saúde — um no Seixal e outro em Sesimbra — que estavam e estão previstos no PIDDAC. Quanto ao de Sesimbra, a Câmara Municipal de Sesimbra não resolveu, na altura, o problema dos terrenos; mas penso que agora, com o dinheiro do PIDDAC, que já está afecto, se resolverá e que o problema dos terrenos na Quinta do Conde já está resolvido. Sr. Ministro, para quando o início dos trabalhos de construção deste centro de saúde? Também em Vale Milhaços, no que se refere à extensão de saúde ligada ao Centro de Saúde de Corroios, para quando a disponibilidade do terreno e o início do projecto desta unidade de saúde?

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, também percebi, das suas palavras, que está dentro do problema. Ou seja: o diagnóstico está feito, mas queremos as soluções, como é evidente! O Sr. Ministro é que governa, não somos nós, não são as oposições. O Sr. Ministro governa e fez o diagnóstico, mas já todos fizemos este diagnóstico há muito tempo. Queremos saber, de facto, como é que vai resolver o problema da falta de médicos, da falta de enfermeiros. É isso que a população espera de si!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, Sr. Ministro, permita-me dizer-lhe que estou muito chocado, porque, quando foi ao Seixal, nomeadamente a Fernão Ferro, assumiu perante os autarcas, perante mim, o presidente da câmara, o presidente da junta e todos os outros que lá estavam, que, sim senhor, iria estudar o assunto do hospital do Seixal. E, agora, estupefacción, espanto: afinal, o tal hospital da margem sul, em frente a Lisboa, como tem sido veiculado, não é no Seixal. O Sr. Ministro, há pouco, ia dizer-nos que não era no Seixal. Quero saber onde é que quer construir o hospital.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lopes.

O Sr. Francisco Lopes (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, esta questão do hospital do Seixal tem uma grande urgência, porque é necessário avançar rapidamente para a construção deste hospital que sirva as populações dos concelhos de Sesimbra e do Seixal. Isto mesmo já foi assinalado pelo PCP, num projecto de resolução apresentado na Assembleia da República, numa petição com mais de 65 000 assinaturas, em diligências da Câmara Municipal do Seixal e também já foi exposto num relatório da Sub-Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, no qual se apontava a necessidade da construção deste novo hospital.

Acresce, Sr. Ministro, que há a informação de que, quando se deslocou ao distrito de Setúbal, o senhor assumiu o compromisso de avançar com a construção deste hospital, tendo dito que foi constituída uma comissão técnica para prosseguir e aprofundar os estudos nesta matéria, e também assumiu o compromisso de que seriam ouvidas as associações de utentes. Ora, já se passaram dois meses e não houve qualquer contacto. Portanto, o que se verifica é um deslizamento de todo este projecto.

O que o Sr. Ministro hoje veio aqui afirmar lança a dúvida. E eu não quero crer que, depois de ter criado expectativas e de ter assumido o compromisso com a população do Seixal quanto a avançar com a construção deste hospital, venha agora abrir caminho para que o projecto não se concretize. Não quero acreditar que tal vá verificar-se, pelo que é importante que nos dê uma resposta clara.

Queremos uma resposta clara, porque há muito tempo que o Hospital Garcia de Orta esgotou a sua capacidade de resposta. Cada mês que passa é um problema.

Sabe-se que a construção de um novo hospital demora muitos anos. Ora, há anos que o Hospital Garcia de Orta não dá resposta às necessidades da população. Pergunto: quanto tempo mais vai ser preciso esperar? Quantas mais situações de ruptura vão ter de se verificar? É altura de clarificar a situação, o que significa dizer quando é que arranca a construção do hospital e também se vão ou não ser inscritas verbas no próximo Orçamento do Estado para que o hospital vá por diante.

A este propósito, colocamos também a questão da rede global de saúde, dos centros de saúde e da falta de médicos de família.

Nesta matéria, que o Sr. Ministro já aqui abordou, importa perguntar: quais são as respostas do Governo? Que respostas vai dar, para além da questão do hospital, ao problema da falta de médicos de família?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento adicional tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, é evidente que não basta que venha aqui referir a sua preocupação relativamente aos 25% de utentes sem médico de família, o importante é dar resposta, designadamente quanto ao objectivo de redução deste número. Já agora, era importante que o fizesse hoje.

Por outro lado, todos sabemos que, actualmente, a população do Seixal é servida pelo Hospital Garcia de Orta, em Almada, o qual que foi concebido para servir a população dos concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra, tendo-se estimado, na altura, um total de 150 000 habitantes.

Ora, de acordo com os últimos censos, a população destes três concelhos já perfaz quase 350 000 habitantes. Parece-me, pois, que este número é suficiente para dar a perceber a absoluta necessidade de construção de um novo hospital, no Seixal, para servir toda esta população, porque, de facto, tanto o Hospital Garcia de Orta como o sistema de saúde em geral que servem estes conselhos atingiram um nível de ruptura perfeitamente inaceitável.

É importante dizer, a este propósito, que o governo PSD/PP travou completamente a construção deste novo hospital, e, do que já ouvimos o Sr. Ministro dizer, importa saber se o Governo do PS vai exactamente pelo mesmo caminho.

Relembro que o Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes» apresentou, em sede do último Orçamento do Estado, uma proposta concreta de desagregação de verba de um programa para a destinar à construção do hospital do Seixal e que o Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta.

Entretanto, já nesta Sessão Legislativa, tive oportunidade de dirigir um requerimento ao Ministério da Saúde sobre esta matéria e recebi uma resposta profundamente preocupante, com a qual quero confrontar o Sr. Ministro.

No que se refere à construção do hospital do Seixal, diz o Ministério da Saúde, em resposta ao requerimento de Os Verdes, que «(...) não é possível aumentar mais a capacidade hospitalar da Região de Lisboa e Vale do Tejo, sem a determinação exacta e prévia de que unidades/camas/valências terão de ser reduzidas (...). Tal é condição para (...) que permita a abertura de novas unidades onde estas são mais necessárias. (...) Um novo hospital para os concelhos do Seixal e Sesimbra poderá afigurar-se necessário, mas não é possível estabelecer (...) que o investimento neste domínio avance sem se reajustar a capacidade hospitalar (...)» — tira de um lado, põe do outro; a população aumenta e as respostas não são dadas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, já ultrapassou o seu tempo. Por favor conclua.

A **Oradora**: — Termine, Sr. Presidente, dizendo que a resposta exacta que é preciso ser dada é dizer quando vai ser construído o hospital do Seixal para dar resposta às justas necessidades de saúde da população.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde, para o que dispõe de 9 minutos.

O Sr. **Ministro da Saúde**: — Sr. Presidente, começo por agradecer aos Srs. Deputados a vossa excelente e acutilante crítica baseada num problema real. Ao menos, partilhamos todos o diagnóstico.

Sr. Deputado João Rebelo, fico muito satisfeito por saber que teve intervenção durante a vigência do anterior governo, mas, infelizmente, provavelmente não teve qualquer efeito.

O partido a que o Sr. Deputado pertence estava integrado numa coligação e teria sido tão fácil fazer chegar a sua voz ao governo que, sem estudo prévio, prometeu cinco novos hospitais a que poderia ter acrescentado mais esse. Teria sido tão fácil! Por que é que não foi feito?

O Sr. Deputado Pedro Mota Soares diz que há terreno para o hospital. Sr. Deputado, a lógica do terreno já deu o que tinha a dar. A lógica de haver terreno resultou em localizações erradas para dezenas de centros de saúde. Por amor de Deus, essa, não!

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Neste caso, não!

O **Orador**: — O facto de existir um terreno é óptimo, até pode ser que seja nesse terreno que se vá construir o hospital vai, mas não é por haver um terreno que se vai forçar uma decisão que tem de ser preparada e racional.

Applausos do PS.

Sr.^a Deputada Marisa Costa, agradeço-lhe o facto de me ter informado sobre o grande interesse dos interpelantes em relação ao hospital do Seixal. É que fiquei surpreendido por este tema ser agora tão importante, mas, enfim, percebo perfeitamente.

Penso que devo dizer, Sr. Deputado Mota Soares, que não sou condecorado do Regimento da Assembleia, mas nada tenho contra o facto de os candidatos chamarem a atenção para os problemas do círculo eleitoral onde querem fazer ouvir a sua voz. Está tudo muito bem, mas vamos ver o que é o Governo do PS encontrou como estudos.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Lá vem o passado!

O **Orador**: — Encontrou uma lista de hospitais a construir: um para o Algarve, outro para Évora, outro para a Guarda, outro para Vila Nova de Gaia e ainda outro para Vila do Conde/Póvoa de Varzim.

Algum dos Srs. Deputados que me interpelaram sabe dizer-me se é prioritário o hospital do Seixal em comparação com o hospital de Vila Nova de Gaia, que, neste momento, é a segunda cidade do País, com mais população do que o Porto, com 400 000 habitantes?

Applausos do PS.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Isso é uma total demagogia! Responda à questão!

O Orador: — Já respondo, Sr. Deputado.

Porventura, algum dos Srs. Deputados me sabe dizer se qualquer dos hospitais que constam da lista que herdei é mais importante do que o hospital de Todos-os-Santos, na área oriental de Lisboa, e aqui, sim, vamos comprimir áreas no centro de uma cidade que se despovoou e que se alargou na coroa circular, pelo que é aí que carece de mais hospitais? Não posso pensar em construir mais hospitais à volta da capital sem saber quantas camas vou encerrar em Lisboa. A pior coisa a fazer seria não encerrar camas no centro de Lisboa e abrir mais hospitais na periferia. Isto, sim, seria um enorme desperdício que as gerações futuras nunca me tolerariam.

Vozes do PSD: — Façam um estudo!

O Orador: — Por isso, encomendei um estudo. Sim, é verdade que encomendei um estudo com o fim de estabelecer as prioridades e, nesse estudo, além não dos cinco mas dos quatro hospitais que estavam previstos — tirei dessa lista o hospital da Guarda, porque uma promessa demagógica do anterior governo impediu a renovação deste hospital, que, se assim não fosse, já hoje estaria reconstruído, uma promessa demagógica de construir um hospital num sítio diferente, em parceira público/privada e sem a menor justificação —, acrescentei naturalmente dois hospitais, o da zona oriental de Lisboa e um outro a que chamo, eufemisticamente, dirão, da margem sul do Tejo. Chamo-o assim porque, honestamente, não sei se este hospital deve ser construído no Seixal. Tudo parece encaminhar-se para isso, de acordo com os números,...

Vozes do PSD: — Claro!

O Orador: — ... e eu gostaria de poder dizer que assim é, mas sou uma pessoa de rigor técnico e não posso fazer promessas que não possa cumprir.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Apenas digo que penso que as coisas se encaminham nesse sentido.

Portanto, o estudo técnico de que falei foi encomendado a uma universidade, será entregue até ao fim de Dezembro deste ano e estará disponível nos sítios respectivos.

Sr.^a Deputada Ana Drago, muito obrigado por ter confirmado os dados.

Todos estamos de acordo com a necessidade de desenvolver os cuidados de saúde primários, mas, já agora, deixe-me que lhe diga algumas coisas.

Nós não estamos interessados em construir mais centros de saúde do modelo convencional. Estamos muito mais interessados em construir unidades de saúde familiares, unidades mais pequenas, mais próximas dos utentes, onde haja uma maior relação entre o médico de família e a comunidade, onde a comunidade possa deslocar-se a pé e não como hoje, que tem de ir de transporte público ou no seu carro, se o tiver.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Então, para quando?!

O Orador: — Portanto, estamos interessados em unidades de saúde familiares e é o que vamos fazer.

Pergunta, e com razão, o que é que fizemos. Bom, Sr.^a Deputada, logo no dia 7 de Abril, Dia Mundial da Saúde, o Governo aprovou a criação de um grupo técnico que preparou o caminho no domínio dos cuidados de saúde primários; este grupo técnico entregou o respectivo relatório em 30 de Junho. O relatório foi publicado no site da Direcção-Geral de Saúde para ser objecto de consulta pública e de comentários até ao dia 15 de Setembro — foram recebidos 62 comentários. Entretanto, ontem, em Conselho de Ministros, foi aprovada a criação da Unidade de Missão dos Cuidados de Saúde Primários presidida pelo Dr. Luís Pisco.

Estamos a dar os passos indispensáveis, tranquilamente. Não somos demagógicos, queremos fazer as coisas bem feitas. Já basta de demagogia em tudo o que se fez, nomeadamente nos últimos anos!

Sr. Deputado Luís Rodrigues, não fujo à sua pergunta, mas devo dizer-lhe que essa notícia é incorrecta, e já foi pedida a sua rectificação.

Já agora, ainda lhe dou mais uma informação.

A pessoa em questão, cujo nome, obviamente, não me parece correcto divulgar, pertenceu, até há um mês, à Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, presidida pela Dr.^a Maria José Nogueira Pinto, ilustre amiga minha e de muitos de vós certamente, e aceitou vir para o gabinete da Sr.^a Secretária de Estado da Saúde com uma redução de 50€ em relação ao vencimento que auferia na Santa Casa da Misericórdia. Isto prova duas coisas: em primeiro lugar, que essa pessoa, de alta capacidade, aceitou vir ganhar menos; e, em segundo lugar, que não somos sectários.

Applausos do PS.

Aceitamos a competência e vamos buscá-la onde existe.

O Sr. Deputado afirma-se chocado com o que eu próprio disse quando me desloquei a Fernão Ferro. Já respondi... Provavelmente, o hospital será construído no Seixal, mas não quero dar qualquer garantia absolutamente infofismável antes de ter os resultados do estudo técnico.

Se têm tanto interesse nisto, o que posso dizer-vos é que, dentro de 15 dias, partilharei convosco os estudos técnicos que foram preparados pelo meu gabinete para, hoje, poder vir aqui responder-vos. Sabem que a nossa política é de total transparência.

Sr. Deputado Francisco Lopes, já lhe perguntei se sabe dizer-me se o hospital do Seixal é prioritário em relação ao de Vila Nova de Gaia. Sabe dizer-me?

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — Se eu puder usar da palavra novamente, dir-lhe-ei!

O **Orador**: — Não sabe, como eu também não sei!

Sabe dizer-me se esse hospital é prioritário em relação ao hospital central do Algarve, uma zona de grande desenvolvimento turístico, onde há picos sazonais tremendos e onde a confiança dos turistas em relação à saúde é absolutamente essencial? Sabe dizer-me se é prioritário? Eu não sei! Talvez o senhor saiba! Se sabe, traga essa informação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, o seu tempo esgotou-se. Queira concluir.

O **Orador**: — Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Deputado lançou uma acusação terrível em relação a um dos nossos melhores hospitais.

O Sr. Deputado diz que o Hospital Garcia de Orta não dá resposta, que está em ruptura?! O Hospital Garcia de Orta é um dos melhores do País.

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — Todos os dias há 475 pessoas na urgência!

O **Orador**: — Trabalha, certamente, em condições difíceis, mas é um dos melhores hospitais do País.

Protestos do PCP.

Finalmente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, creio já ter respondido às questões que colocou.

Agradeço-lhe a informação de que o governo PSD/PP travou a construção do hospital do Seixal. Pergunto-me se o Governo do PS vai pelo mesmo caminho, eu já disse que não. No entanto, Sr.^a Deputada, não me peça a construção de um novo hospital sem um estudo rigoroso do reajuste da capacidade técnica, da capacidade de camas da cidade de Lisboa. É que também vêm pessoas do sul do Tejo para os hospitais de Lisboa. Por isso, não é possível fazer-se esse estudo sem ter uma visão global e é exactamente isso que está a ser feito por essa consultoria da universidade.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, passamos à pergunta seguinte, sobre como é que o Governo justifica e enquadra a medida que levará ao fim da comparticipação da pílula contraceptiva, que será formulada pela Sr.^a Deputada Helena Pinto (BE) e respondida pelo Sr. Ministro da Saúde.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, a motivação principal da questão que lhe dirigimos é a preocupação que resulta das notícias divulgadas sobre a intenção de retirar a comparticipação da pílula contraceptiva, embora reforçando que o cerne da questão é a intenção de alargar a gratuidade da pílula nos centros de saúde, de acordo com uma fonte do seu Ministério.

O cerne da questão, do nosso ponto de vista, está no alargamento dos serviços de saúde sexual e reprodutiva a toda a população.

A nossa preocupação prende-se também com dois factos, que são consequência lógica do fim da comparticipação e sobre os quais também gostaria que o Sr. Ministro se pronunciasse, a saber: em primeiro lugar, a tendência para o aumento do preço e, em segundo lugar, a diminuição do controlo médico. E se em alguns países em que a pílula contraceptiva não é comparticipada a questão do controlo médico poderá estar atenuada, devido à extensão dos serviços de saúde sexual e reprodutiva e ao facto de existir educação sexual nas escolas há muitos anos, e se nestes casos se poderá, embora discutivelmente, considerar esta questão atenuada, tal não se aplica, como V. Ex.^a certamente concordará, a Portugal, onde o atraso nesta matéria é enorme.

Aliás, do debate da pergunta anterior, ficámos também a saber a quantidade de famílias e de pessoas, neste caso, de mulheres, que nem médico de família têm.

Não será, no entanto, descabido lembrar que, no Reino Unido, a comparticipação é de 100%.

O acesso gratuito à pílula ou a outro método contraceptivo — porque, como sabemos, não é o único — nos centros de saúde não pode surgir como compensação de uma outra medida, seja ela qual for, como

veio na comunicação social. É, sim, necessário e urgente acabar com a ruptura dos stocks nos centros de saúde — este é que deveria ser o grande desígnio do Governo e espero que o Sr. Ministro nos traga novidades sobre esta matéria.

Saúde sexual e reprodutiva e planeamento familiar não se esgotam na contracepção. Neste aspecto, a comparticipação da pílula, para além de beneficiar uma faixa alargada de muitas mulheres, ainda acaba por funcionar como um incentivo para elas frequentarem as consultas. Desde a simples, mas não menos importante, informação, diversificada e comprehensível, dirigida aos vários sectores da população, à consulta regular e ao acesso ao método contraceptivo mais adequado a cada caso e a cada situação, são estas as medidas que importa implementar, de modo a que se verifiquem, de facto, passos significativos no combate às doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez não desejada, ao aborto inseguro e à gravidez precoce, outro problema muito sério, como V. Ex.^a também, com certeza, reconhece.

Por tudo isto, Sr. Ministro, deixo-lhe mais duas questões. Em primeiro lugar, a clarificação: vai ou não o Ministério da Saúde avançar com o fim da comparticipação da pílula contraceptiva? Por outro lado, gostaria de saber se é, de facto, uma intenção para levar à prática a garantia, independentemente da comparticipação, do reforço dos stocks de contraceptivos nos centros de saúde, garantindo o seu acesso à população mais desfavorecida e a muita população jovem.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde:** — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Helena Pinto, agradeço-lhe as suas questões, mas quero corrigi-la: o Ministro da Saúde nunca declarou que iria terminar com a comparticipação. Nenhuma medida foi tomada. Neste momento, temos mais dúvidas do que certezas e vou explicar-lhe porquê.

Vamos, primeiro, às certezas. Uma das chamadas «pílulas do dia seguinte» é um medicamento não sujeito a receita médica e irá ser disponibilizado brevemente em todos os postos de venda alternativos às farmácias — esta é uma certeza.

A segunda certeza que temos tem a ver com o seguinte: vários países descomparticiparam ou estão a descomparticipar ou estão inclusivamente a colocar em venda livre. É exacto que o Reino Unido é um dos poucos países (talvez o único, neste momento) que mantém a comparticipação da pílula a 100% distribuída através dos clínicos gerais.

Mas a evidência sobre a importância da descomparticipação da pílula e da sua venda livre sobre os preços e a cobertura é ambígua. Há quem diga que faz baixar dramaticamente os preços e há quem diga que, por exemplo, em dois países, na Holanda e na Bélgica, fez subir os preços. Da mesma forma, há a informação de que há uma ligeira redução da cobertura, de 4% — não é nada de significativo, mas existe, é a informação que temos —, na Holanda, com a flexibilização dos preços.

Agora, espero que não tenha dúvidas de que a nossa prioridade é o planeamento familiar — aliás, isto consta do Programa do Governo.

Espero que também não tenha dúvidas em reconhecer o estado desastroso em que encontrámos o planeamento familiar nos nossos centros de saúde: rupturas contínuas de stocks, poucas consultas a adolescentes, baixa de venda de produtos com receita médica — sabia que os produtos com receita médica obrigatória baixaram de 31,3%, no ano de 2003, para 20%, no ano de 2004? Mais adiante, voltarei a este aspecto.

Portanto, a nossa decisão é o estudo cuidadoso, pelo que não será tomada qualquer medida de descomparticipação sem conhecermos exactamente a realidade. É que a realidade é muito complexa: por exemplo, em 2004, de 54,5 milhões de euros consumidos em contraceptivos orais, apenas 10,9 milhões de euros foram comparticipados por terem receita médica. Significa isto que foram dispensados, sem receita médica, praticamente quatro quintos dos contraceptivos orais nas farmácias. Estou, ao dizer isto, a acusar as farmácias? Não, não! A dispensa por complacência, neste caso, não é uma acusação às farmácias — é uma dispensa por complacência e acho muito bem que o tenham feito.

Agora, o que me preocupa é saber se estes 10,9 milhões de euros que comparticipámos foram orientados para aquelas mulheres que mais precisam, as minorias étnicas, as jovens adolescentes com pouca preparação e informação, as mulheres mais pobres, ou se, porventura, foram utilizados por aquelas mulheres que têm acesso a uma receita, que lhes seja passada por um amigo...

O Sr. **Presidente:** — Queria concluir, Sr. Ministro.

O **Orador:** — Como vê, temos mais dúvidas do que certezas.

Quanto ao aprovisionamento dos centros de saúde, Sr. Deputada, responder-lhe-ei aquando da minha resposta aos pedidos de esclarecimento adicionais.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, infelizmente, o Sr. Ministro não nos deu uma resposta cabal a esta questão e refere o estudo cuidadoso de que esta matéria está a ser objecto por parte do seu Ministério.

Assim sendo, Sr. Ministro, tenho de perguntar-lhe: qual a prioridade de fazer este estudo? Porquê a prioridade de fazer um estudo sobre a pílula contraceptiva, que representa 0,9% do total de gastos do Estado na comparticipação, quando na área do planeamento familiar e dos direitos sexuais e reprodutivos há tanta coisa para estudar?!

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Dou-lhe alguns exemplos que, parece-me, deveriam ser prioridades do seu Ministério. Está estudada a cobertura do País em consultas de planeamento familiar? Está estudada a taxa de gravidez precoce por concelho para se poderem definir os planos de intervenção e de combate a esta questão?

Havendo tanta coisa para estudar, por que é que o Ministério começa por estudar uma questão que significa 0,9% do total de gastos do Estado na comparticipação?! Não se entende, Sr. Ministro. Lamento, mas não consigo entender.

Reconheço, como o Sr. Ministro disse, e muito bem, que o que se passa em relação a esta matéria nos centros de saúde é um desastre — nas grandes cidades, nas periferias das grandes cidades e no interior do País. E quando falamos disto não podemos esquecer a realidade nacional.

Agora, Sr. Ministro, nesta situação, vamos começar por, hipoteticamente, retirar a comparticipação da pílula contraceptiva, porque haverá algumas mulheres que até têm condições para pagar mas utilizam a receita médica?! Não me parece que este seja o melhor caminho. O que é preciso é fazer com que as outras mulheres também tenham acesso e tenham igualmente o acesso gratuito nos centros de saúde.

Mais, era muito importante que este Governo se comprometesse, com metas e objectivos, em termos de todos os métodos contraceptivos.

Já agora, Sr. Ministro, coloco-lhe uma última questão.

O Sr. **Presidente**: — E pode concluir, Sr.^a Deputada.

A **Oradora**: — Concluo já, Sr. Presidente.

A minha questão é esta, Sr. Ministro: em relação aos dispositivos intra-uterinos, quais são as perspectivas do Governo em matéria de comparticipação? É que, neste caso, sabemos quanto custa cada um. E também não podemos ser limitativos e dizer que as pobres deste país vão tomar a pílula durante o resto da vida.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Ofélia Moleiro.

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro da Saúde acabou de confirmar neste Plenário aquilo que já tinha anunciado na comunicação social, ou seja, que mandou fazer um estudo sobre a descomparticipação da pílula anticoncepcional. Só que a mesma comunicação social deu conta de um conjunto de consequências, subscritas por médicos, especialistas nesta matéria e sociólogos, que o senhor não referiu aqui. Referiu-se apenas ao custo e aos seus utilizadores, neste caso, mulheres — e também é uma coincidência que, hoje, aqui, só sejam mulheres a interpelar sobre este assunto e seja um homem a responder —,...

Risos.

... em termos que vão causar uma menor acessibilidade económica e, portanto, menos idas ao médico para obter a receita. Significa isto que a utilização da pílula contraceptiva deixa de ser, cada vez mais, controlada pelos médicos.

Mas o senhor sabe, todos sabemos — eu própria, como utilizadora sei-o —, que há contra-indicações, algumas das quais provavelmente ainda nem foram descobertas. Portanto, retirar do controlo médico a prescrição da pílula contraceptiva é, parece-nos, um erro do Governo.

Além do que o número de gravidezes indesejadas vai aumentar, o que vai acontecer principalmente na adolescência, sendo que, consequentemente, vai aumentar o consumo da chamada «pílula do dia seguinte», essa já abortiva.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Não é abortiva!

A Oradora: — Posto isto, o PSD pergunta ao Sr. Ministro se o carácter economicista deste Governo se sobrepõe ao planeamento familiar e à supervisão médica, essa sim, protectora da saúde das mulheres.

Mais, pergunta, se é por isso, ou seja, para fazer essa poupança na saúde, no seu Ministério e no seu orçamento, que estão tão acelerados na realização do referendo para a liberalização total do aborto.

A aplicar esse estudo, o Sr. Ministro revela uma total insensibilidade relativamente à saúde reprodutiva das mulheres. Por isso, o PSD, que sempre criticou e continua a criticar a vossa política de estudos, e eu, Deputada do PSD e mulher portuguesa, pedimos, hoje, ao Sr. Ministro que deixe esse estudo, depois de concluído, na sua gaveta ministerial. A bem das mulheres portuguesas! A bem das famílias portuguesas!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, devo dizer que fiquei um pouco estupefacta com a sua resposta à Sr.^a Deputada Helena Pinto, porque se envolveu em critérios economicistas e não levou em conta a saúde das mulheres.

Por outro lado, não basta dizer que o aborto é o último recurso. Nós entendemos que é o último recurso, mas, para que não o seja, é necessário pôr à disposição das mulheres os contraceptivos, e não só, também as consultas de planeamento familiar para reduzir ao mínimo o recurso ao aborto.

V. Ex.^a falou ainda de uma coisa muito preocupante, da «pílula do dia seguinte», que não é pílula abortiva (não é assim que ela é considerada pelos especialistas) mas, sim, uma pílula anticoncepcional, referindo que ela iria ser posta livremente à venda nos supermercados, etc.

O Sr. **Ministro da Saúde:** — Podem ser!

A Oradora: — Mas não deviam ser! Uma coisa é não ser preciso consulta médica, outra é ter de ir à farmácia pedir ao farmacêutico, sem receita médica — e com isto, concordo —, que lhe venda a «pílula do dia seguinte». É que o farmacêutico pode, com perguntas e o seu conselho, elucidar a pessoa que pretende comprar esse medicamento. Aliás, isto é feito com outros medicamentos — eu própria, já por duas vezes, em relação a medicamentos completamente inofensivos, tive de assinar dois papéis, dizendo que tinha sido elucidada pelo farmacêutico sobre como deveria tomar aqueles medicamentos. Logo, considero que pôr à venda este tipo de medicamentos nos supermercados é uma medida completamente errada. E, com isto, não estou a dizer que seja necessária receita médica — são coisas diferentes.

Por outro lado, gostava de saber se o Sr. Ministro poderá dar aqui a garantia insofismável de que os centros de saúde vão passar a funcionar bem, pelo menos na área do planeamento familiar, de que vão ter horários para que as mulheres trabalhadoras possam aceder às consultas de planeamento familiar e de que vão ter disponíveis contraceptivos em número suficiente para as mulheres que forem a essas consultas.

Devo dizer que já visitei centros de saúde em que me foi dito: «Bom... em relação a contraceptivos, damos aos mais necessitados e os outros que os comprem».

Por último — e esta questão vem já do tempo de um governo do Partido Socialista, que também nada fez —, pergunto: quando é que, por exemplo, se põe em vigor o que está previsto numa lei de 1997 (lei que teve por base um projecto de lei do PCP), segundo a qual, onde houver serviços internos médicos nas empresas deverá haver consultas de planeamento familiar?

A direita também aprovou esta norma.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — É verdade!

O Sr. **Presidente:** — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Término já, Sr. Presidente.

Quando nós, PCP, quisemos estabelecer, através de um projecto de lei, uma coima para as empresas que não cumprissem esta obrigação legal, tivemos a oposição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O que é que V. Ex.^a vai fazer? Nesta matéria, vai ou não ter em consideração tudo o que, a nível internacional, se diz sobre direitos sexuais e reprodutivos?

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Sónia Fertuzinhos.

A Sr.^a **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, esta é uma questão extremamente importante e ainda bem que a estamos a discutir aqui hoje, porque é bom que não haja qualquer equívoco relativamente às intenções e ao trabalho que o Governo pretende fazer nesta matéria.

Também é bom que nos recordemos de que estamos a falar de notícias sobre uma hipotética intenção do Ministério da Saúde.

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — Que aqui foi confirmada!

A Oradora: — Foi dito que o Sr. Ministro e este Governo se estavam a reger apenas por critérios economicistas quando pediram a realização de um estudo sobre a comparticipação da pílula, mas é bom que não se confundam critérios economicistas com a preocupação de quem governa e tem responsabilidades em saber se quem beneficia, neste caso, da comparticipação é quem mais precisa. Este não é um critério economicista, é, antes, um critério de eficácia, de racionalidade, de justiça e de boa utilização dos recursos.

Portanto, não confundamos as coisas.

O Sr. Ministro teve oportunidade de referir — aliás, não esperávamos outra coisa — que o compromisso do PS e do Governo é claro em matéria de política de planeamento familiar ou, se quiserem, em termos mais abrangentes, de uma política de saúde sexual e reprodutiva com qualidade e acessibilidade por parte das mulheres, dos homens, dos jovens e das famílias.

Falou-se da realização de estudos. Há muitos estudos sobre esta matéria e alguns deles dizem-nos que, em Portugal, a grande maioria das mulheres em idade fértil faz contracepção e, também, que essa contracepção é muito feita com a utilização da pílula, daí a importância da pílula na contracepção que se faz em Portugal.

Estes dados permitem-nos ser optimistas quanto à evolução do planeamento familiar em Portugal, mas responsabilizam-nos no que diz respeito ao acesso e à qualidade desse mesmo planeamento familiar.

Também aqui se falou de questões realmente importantes e que importa mudar, como, por exemplo, a ruptura de stocks de contraceptivos, que é um problema antigo e que a Sr.^a Deputada Ofélia Moleiro referiu com grande firmeza.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Concluo já, Sr. Presidente.

No entanto, convém lembrar que foi nos últimos dois anos e meio que assistimos a uma ruptura, sem precedentes, em matéria de contraceptivos e de consultas de planeamento familiar nos centros de saúde, nomeadamente para os adolescentes.

Sr. Ministro, penso que seria importante sabermos, em concreto, em definitivo e de uma forma muito clara, qual é, de facto, a política e a resposta que este Governo vai dar a todas estas questões para garantir que, em Portugal, o planeamento familiar é de qualidade e acessível a quem dele precisa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro, dispondo de 9 minutos para o efeito.

O Sr. **Ministro da Saúde**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, gostaria de dizer-vos o que se está a fazer nesta matéria.

Talvez há um mês, pedi que fosse constituído um grupo de trabalho na Direcção-Geral de Saúde, um grupo de trabalho de composição nacional, para normalizar os produtos a adquirir e a distribuir gratuitamente nos centros de saúde. Isto porque tinha visitado vários centros de saúde, uns com rupturas nos stocks de produtos anticoncepcionais e outros onde o planeamento familiar funcionava muito bem.

Contudo, os números do inquérito nacional à fecundidade são terríveis. Segundo estes números, só 22% das mulheres com idade entre os 15 e os 25 anos é que estão informadas sobre técnicas de planeamento familiar, enquanto que, felizmente, esta percentagem sobe para quase 62% quando falamos das mulheres com mais de 25 anos. Só que, por vezes, esta subida é feita à custa da própria saúde das mulheres. Estes são valores que respeito e com os quais, naturalmente, me preocupo.

O relatório deste inquérito, que me foi entregue esta semana, consegue condensar, num número limitado de posições, de produtos, quais os produtos que devem estar disponíveis nos centros de saúde — e também estará disponível o dispositivo intra-uterino, com toda a razão. Não me perguntarem se o dispositivo intra-uterino é tecnicamente mais prejudicial do que o contraceptivo oral, porque, infelizmente, não estou preparado para responder. Mas o que sei da informação epidemiológica é que não há evidência epidemiológica de sequelas pelo uso continuado do contraceptivo oral.

No despacho que assinei ontem este relatório vai ser colocado no site da Direcção-Geral de Saúde para colher outras opiniões, porque não se pode impor aos médicos dos centros de saúde, ou de onde quer que sejam, uma orientação técnica sem se saber se ela é sufragada, se recolhe consenso. Portanto, no site da

Direcção-Geral de Saúde vai figurar, provavelmente já na próxima semana, este relatório, que, aperfeiçoado com os comentários, será transformado em circular normativa.

Nesse meu despacho, ordenei que cada ARS organizasse uma consultoria de nível regional em matéria de saúde familiar e reprodutiva para o caso de os médicos de medicina de família ou directores de centros de saúde necessitarem de informação adicional. Há muitos que podem necessitar de informação adicional; não se trata de ensinar mas, sim, de ter um serviço de consultadoria ao nível da administração regional e, se possível, ao nível das sub-regiões. E, ao mesmo tempo, dei instruções ao IGIF, que é o nosso órgão de compras conjuntas, para fazer a preparação da logística da aquisição, depois de sabermos exactamente se aquelas 10 posições, aqueles 10 produtos que me foram indicados devem ser os produtos a adquirir para o centro de saúde, ou se mais ou menos produtos. Dei estas instruções — e falo em metas — para que o abastecimento pleno funcionasse, pelo menos, a partir de Janeiro próximo nos centros de saúde, uma vez que, entretanto, temos de conjugar todos os aspectos, todo o conhecimento, o de se chegar a acordo com toda a gente e ainda os aspectos logísticos.

Portanto, não posso estar mais de acordo. E, como podem verificar, não estou propriamente parado, estou a trabalhar. E já agora, deixem-me que lhes diga, estou a cumprir não apenas o Programa do Governo como também uma resolução da Assembleia da República, aprovada no passado pela maioria, que ordenava ao governo — e levo muito a sério as ordens deste órgão de soberania — o reforço das condições de acesso aos meios e métodos contraceptivos...

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — ... de forma a prevenir e a evitar a gravidez indesejada ou inesperada, especialmente em grupos vulneráveis devido a exclusão social, carência económica ou dificuldades de acesso à rede de saúde pública.

Estou a cumprir essa deliberação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — E também vou cumprir, quer lhes agrade ou não, uma outra coisa que os grupos parlamentares da direita aprovaram nessa altura, a 3 de Março de 2004, relativamente à interrupção voluntária da gravidez: «Garantir, através de orientações precisas aos hospitais do SNS, o integral e atempado cumprimento da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez, garantindo às mulheres, em situação que preencha as condições legais, a interrupção voluntária.

Em caso de impossibilidade, o hospital deve garantir o imediato acesso a outro estabelecimento público ou privado, suportando o SNS os respectivos encargos».

Applausos do PS.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Não estávamos a falar disso!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Mas que grande demagogia!

O **Orador**: — Vou cumprir!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Nada está descomparticipado. Ainda nem lancei um estudo sobre quem está beneficiado de descomparticipação, porque tecnicamente não sei como esse estudo é feito. Provavelmente, será por entrevista telefónica, com mulheres a inquirir, etc.

Não me parece que haja mal algum em que o Ministro da Saúde seja homem... Penso que a Sr.^a Deputada Maria Ofélia Moleiro não manifestou qualquer tendência homofóbica, nem qualquer preocupação ou preconceito com esse facto!

Risos.

De resto, devo dizer-lhe que um dos meus Secretários de Estado é do sexo feminino, uma pessoa respeitabilíssima.

Quanto à questão do dinheiro, do tal economicismo, é verdade que a pílula contraceptiva representa apenas 0,9% das comparticipações — 10 milhões de euros. Mas gostaria que algum dos Srs. Deputados desta Câmara me dissesse se é preferível gastar esses 10 milhões de euros, ou uma parte deles (vamos admitir 5 ou 6 milhões de euros), a comparticipar a pílula a pessoas que têm mais acesso, mais capacidade para a pagar, havendo quem não têm essa possibilidade,...

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Isso não está provado!

O **Orador**: — ... ou se, pelo contrário, é preferível gastar esses 10 milhões de euros (ou 6 milhões de euros) na luta contra o cancro, nomeadamente o do útero, que é uma chaga que ainda nos marca como um país subdesenvolvido,...

Applausos do PS.

Protestos do PCP e do BE.

... ou ainda, porventura, no rastreio do cancro da mama, que está agora a iniciar-se em alguns dos nossos distritos, nomeadamente no Algarve. Estas, sim, são medidas que abrangem toda a gente.

Não tenho a certeza de que os 10 milhões de euros gastos pelo Estado na comparticipação da pílula não estão a ser utilizados maioritariamente por pessoas mais affluentes, enquanto que as pobres, as marginalizadas, as que não têm acesso a médico nem a centro de saúde têm de pagar a pílula pelo preço total.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Têm de a pagar porque não vão ao centro de saúde!

O **Orador**: — É isto que não está certo, e não me peçam para manter mais uma situação que não está certa.

Não sei e preciso de saber quem consome, e é o que se vai apurar.

Em matéria de contra-indicações da «pílula do dia seguinte» não submetida a receita médica, respeito muito a sua opinião, Sr.^a Deputada, todavia, tenho de respeitar mais a opinião dos órgãos técnicos. E se estes aceitaram que, das quatro, uma fosse passível de ser vendida sem receita médica, eu devo aceitar esta posição.

A Sr.^a Deputada Odete Santos deixou-me um pouco preocupado, porque costumava vê-la numa posição mais audaciosa — aliás, conhecemo-nos há longos anos, dos bancos da faculdade, onde nos encontrávamos várias vezes nessas posições —...

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Agora não nos encontramos!

O **Orador**: — ... e agora lamento vê-la muito conservadora, ao lado das posições dos profissionais e dos grupos de pressão que não querem lançar os medicamentos não submetidos a receita médica noutros postos de venda,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sempre a mesma conversa!

O **Orador**: — ... usando exactamente o mesmo argumentário!

Quanto à saúde familiar nas empresas, das mulheres nas empresas, Sr.^a Deputada, por experiência profissional, conheço quase todos os países da antiga e defunta União Soviética e posso garantir-lhe que a saúde nas empresas...

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — E não é sectário!

O **Orador**: — Não sou!

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — É sectário só para a esquerda!

O **Orador**: — Não sou, porque analisei cuidadosamente e tive de recompor e reordenar alguns dos sistemas de saúde, com pleno êxito, nos países onde trabalhei. E garanto-lhe que a solução dos serviços médicos de empresa, que foi abandonada em 1975 em Portugal, é uma solução do passado, sem qualquer espécie de sentido do futuro

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Não conhece a lei! Em 1997 foi aqui aprovada uma lei sobre essa matéria!

O **Orador**: — Em 1997, óptimo!

Sr.^a Deputada Sónia Fertuzinhos, tem toda a razão! As notícias sobre o «falecimento» da comparticipação da pílula são, naturalmente, prematuras.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar à pergunta seguinte, que tem a ver com os instrumentos que estão a ser mobilizados para promover com eficiência o sistema de cobranças das contribuições para a segurança social e seus resultados, que será formulada pela Sr.^a Deputada Isabel Santos, do Grupo Parlamentar do PS, e respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Segurança Social.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Santos.

A Sr.^a **Isabel Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, a fraude e a evasão contributivas e prestacionais representam ameaças à sustentabilidade do sistema público de segurança social e à prossecução do objectivo, assumido, de concretização de uma nova geração de políticas sociais com base em critérios de solidariedade, equidade e rigor.

O seu combate constitui, assim, tarefa indispensável à sustentabilidade e moralização do sistema e representa um compromisso indeclinável com as gerações presentes e futuras.

É neste quadro que aqui assinalamos a implementação do plano nacional de combate à fraude e evasão contributivas e prestacionais, uma medida adoptada por este Governo que constitui um inegável contributo para a realização dos grandes objectivos estratégicos de sustentabilidade económica, social e financeira do sistema de segurança social.

Com este plano institui-se, pela primeira vez, uma fiscalização orientada por indicadores de risco, afirma-se a determinação na implementação de um indispensável sistema de cruzamento de dados e estabelecem-se metas claras de actuação.

Combater a fraude e evasão contributivas e prestacionais constitui uma tarefa complexa e importante, a exigir um permanente esforço de monitorização de resultados e de metodologias de intervenção.

Decorridos cerca de quatro meses sobre o início da aplicação deste plano, gostaríamos que o Sr. Secretário de Estado da Segurança Social aqui se pronunciasse sobre o peso da dívida contributiva no quadro do orçamento da segurança social e a avaliação que, neste momento, é possível fazer da aplicação do plano de combate à fraude e evasão contributivas e prestacionais face às metas nele estabelecidas e sobre o grau de eficácia atingido na articulação com outros sectores do Estado, especialmente com a administração de finanças, no que diz respeito ao cruzamento de dados.

Gostaríamos ainda que nos informasse sobre os instrumentos e os meios mobilizados até ao momento, com vista a dotar o sistema de cobranças da segurança social de maior eficácia.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Segurança Social.

O Sr. **Secretário de Estado da Segurança Social** (Pedro Marques): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Santos, agradeço a pergunta que me colocou, uma vez que ela aponta precisamente para uma das áreas prioritárias da actuação do Governo, a área da segurança social.

Efectivamente, o Governo deu cumprimento ao seu compromisso inscrito no Programa do Governo, e fê-lo logo ao fim de um mês da governação.

Assim, aprovámos um plano nacional de combate à fraude, que apostava num reforço substancial, de 50%, da fiscalização, designadamente na área das empresas, na área dos contribuintes, relativamente ao ano transacto; demos prioridade à fiscalização inteligente, seleccionando os indicadores de risco que temos vindo a aplicar através da utilização da informação contida no nosso sistema de informação; e demos também prioridade ao cruzamento de dados com outros organismos da administração.

O Governo anunciou este plano, estabeleceu metas e decidiu apostar na mobilização dos meios do sistema de segurança social, dos instrumentos disponíveis no sistema, potenciando estes meios e os recursos da segurança social. E aqui, devo dizer, claramente, que tem sido exemplar a resposta que temos encontrado da parte dos funcionários da segurança social, que têm sido um grande instrumento ao serviço do combate à fraude. Isto tem de ser referido.

O Governo tem conseguido resultados muito concretos e o cruzamento de dados com as finanças, designadamente, é uma realidade. Como há uma semana anunciamos, vamos desenvolver, até ao fim do ano, uma acção de fiscalização de 1500 empresas, precisamente a partir dos resultados do cruzamento de dados e nas situações onde se detectou maior discrepância entre os valores declarados aos dois sistemas.

O Governo desenvolveu na segurança social uma acção de penhora — com uma dimensão como nunca tinha existido até agora — a mais de 3500 empresas, acção que se está a desenvolver desde os finais de Agosto, para uma dívida total de cerca de 120 milhões de euros, o que só foi possível graças aos meios do sistema de informação da segurança social e a uma maior autonomização do sistema de penhora e de execução de dívidas.

Gostava ainda de destacar que o Governo procedeu a notificações nacionais concentradas a mais de 280 000 trabalhadores independentes para pagamentos de dívidas constituídas recentemente. É um instrumento novo, uma actuação nova que não existia no sistema de segurança social. E com isto, posso dizer-vos hoje, são os últimos números que temos, só por via desta notificação a trabalhadores independentes, já recuperámos, desde o início da acção, em Julho, 26 milhões de euros de pagamentos em dívida.

Repto, foi o que já recuperámos só por via desta acção, na área dos trabalhadores independentes.

Conseguimos mais do que duplicar — era este o objectivo para este ano e vamos cumpri-lo — os esforços de recuperação de dívida, os esforços dos resultados do combate à fraude na segurança social.

Estamos a melhorar a eficiência da cobrança de receitas na segurança social.

Estamos a contribuir para melhorar a sustentabilidade do sistema, para melhorar os instrumentos disponíveis para o combate à pobreza, mas também para uma concorrência sã entre as empresas, porque este é também um plano importante dos resultados do combate à fraude na segurança social.

Estas são as nossas prioridades, é por aqui que avançamos, é com isto que nos comprometemos também para o futuro.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Santos.

A Sr.^a **Isabel Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, assinalo aqui com vivo regozijo o rigor introduzido por este plano.

De qualquer modo, gostaria de lhe colocar ainda uma última questão: em que medida a política de recuperação da dívida contributiva pode favorecer não só a recuperação financeira da segurança social como também a revalorização das prestações mais baixas?

O Sr. **Presidente**: — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Miranda.

O Sr. **Carlos Miranda** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, quero, telegraficamente, dizer que o Grupo Parlamentar do PSD congratula-se por todos os êxitos que este Governo consiga no combate à fraude e evasão das contribuições para a segurança social e na sua cobrança efectiva.

Parece-me, no entanto, que este não seria o momento ideal para V. Ex.^a fazer uma exposição dos sucessos entretanto alcançados; tinha para mim que esse momento poderia ser o final do ano ou o princípio de 2006. No entanto, gostaria que V. Ex.^a desse notícia à Câmara sobre os dois principais instrumentos que tinha à sua disposição quando tomou posse neste Governo, o que permitia o cruzamento de dados entre a segurança social e a administração fiscal, e eventualmente o Instituto de Emprego e Formação Profissional, e o instrumento de trabalho — penso que bastante amadurecido e ao qual V. Ex.^a não se referiu —, conhecido na gíria da segurança social como «o sistema da conta-corrente», que permite saber, quase em tempo real, quais são os contribuintes que estão efectivamente a cumprir e os que não estão. E também gostaria de saber se tem ideia de quando é que eles poderão entrar em acção.

Vozes PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, vou colocar duas breves questões relacionadas com a matéria em discussão.

Em primeiro lugar, quero felicitar o Governo por ter continuado uma política do anterior Executivo de combate à fraude e evasão contributiva da segurança social, nomeadamente com o início de cruzamento de dados com as finanças, com as inspecções do IDICT (Instituto do Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho) e também dos próprios serviços da segurança social.

Por conseguinte, gostaria de saber qual é a situação existente em termos de contratação ou admissão de novos inspectores para a segurança social, uma vez que esta é uma das grandes falhas a nível de recursos humanos na segurança social.

Não posso deixar de colocar esta questão ao Sr. Secretário de Estado, porque, muito recentemente e de uma forma, diria, discreta, para não dizer um bocado inoportuna no tempo, dada a época em que foi feita (em período de férias, para ver se ninguém notava), procedeu ao aumento exponencial das contribuições a serem pagas pelos trabalhadores independentes, dando nota de uma incapacidade por parte da segurança social de levar a cabo a fiscalização e inspecção aos contribuintes não cumpridores, o que se verifica, inclusive, no próprio preâmbulo do Decreto-Lei n.º 119/2005, de 22 de Julho, onde se lê: «Entretanto, e sem prejuízo de trabalhos já em curso, os indicadores estatísticos permitem verificar que no âmbito do regime dos trabalhadores independentes as contribuições efectuadas são pouco aproximadas das remunerações efectivamente auferidas».

Ora, se não são, compete aos serviços de fiscalização usar dos instrumentos de que dispõem para fiscalizar aqueles que não cumprem e pô-los a cumprir.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Secretário de Estado, isto está ou não a ser feito?

Applausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Sr. Presidente, antes de mais, quero pedir-lhe desculpa por há pouco ter usado tempo exageradamente a mais. Por isso, vou tentar recuperar o tempo gasto há pouco, colocando, telegraficamente, algumas questões ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Social.

O Sr. Presidente: — Ora essa, Sr.^a Deputada! Agora, quando lhe dei a palavra, até lhe ia dizer: «Pode concluir, Sr.^a Deputada».

Risos.

A Oradora: — Começo por pedir ao Sr. Secretário de Estado que concretize mais, se, efectivamente, o pode fazer, aquilo que há pouco disse, porque a notícia que temos é a de que a segurança social não dispõe de meios para uma devida fiscalização.

Mas gostava de colocar também outras questões.

Existem dois relatórios do Tribunal de Contas sobre a segurança social, um de finais de 2004 e outro de princípios de 2005, que se referem, claro, ao governo PSD/CDS-PP e também, em parte, ao Governo PS, que apontam alguns aspectos preocupantes e que não ouvi o Sr. Secretário de Estado aqui dizer que tinham sido tratados ou remediados.

Por isso, pergunto, Sr. Secretário de Estado, se, em relação aos numerosos organismos da segurança social — os quais, depois, até deram informações completamente diferentes sobre as perdas, como, por exemplo, em relação às políticas activas de emprego, ao Tribunal de Contas —, o Governo tem a intenção de pôr a funcionar os conselhos consultivos desses organismos, para que, efectivamente, quem os dirige preste contas da sua actuação.

Sr. Secretário de Estado, tendo em conta que as declarações de remunerações entregues erradas foi enorme, e não foi só num ano ou dois — por exemplo, em Lisboa, a taxa foi de 45,44%, ou seja, quase metade das declarações de remunerações apresentaram erros, e isto tem a ver com uma medida do anterior governo do PS, que entregou a leitura óptica das remunerações ao sector privado —, que medidas foram tomadas para que as declarações não contivessem tantos erros?

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Secretário de Estado, o que se passa em relação ao número de trabalhadores da função pública — repito, da função pública — que a segurança social tem disponível? Faço a pergunta porque muitos dos erros apontados pelo Tribunal de Contas resultaram do facto de terem sido postos «porta fora» trabalhadores da função pública e de terem sido substituídos pelos POC, que não são especializados nesta matéria, nem fazem a devida fiscalização. O que está a ser feito de facto, Sr. Secretário de Estado?

Por último, por que é que na área da informática não criam um sistema unificado e fiável que efectivamente não dê aquele triste resultado que o Tribunal de Contas apontou nos seus relatórios? A segurança social nem contas consolidadas apresentou, porque não podia apresentar, dada a tremenda trapalhada que efectivamente apresentou nas suas contas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Desculpe, Sr. Presidente, verifico que exagerei outra vez!...

Risos.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Segurança Social.

O Sr. Secretário de Estado da Segurança Social: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por agradecer, mais uma vez, a pergunta da Sr.^a Deputada do PS Isabel Santos.

Efectivamente, o combate à fraude não só tem conseguido recuperar a situação financeira da segurança social para moldes que consideramos aceitáveis e que não encontrámos no final do ano transacto, em que

já tínhamos um défice anual no sistema de segurança social — estamos, portanto, a conseguir corrigir esta situação este ano —, como é um instrumento importante, como muito bem disse a Sr.^a Deputada, ao serviço da melhoria das prestações sociais.

O Governo já anunciou que vai introduzir uma nova prestação extraordinária de combate à pobreza dos idosos; é certo que é uma prestação do subsistema de solidariedade, mas, em qualquer caso, o que importa é o equilíbrio global do orçamento da segurança social. Portanto, desta forma conseguimos mobilizar meios para a nova prestação, mas também para o aumento das pensões, em geral, que, como sabemos, a melhoria das pensões da segurança social é um factor importante na sociedade portuguesa, é um factor de coesão social, mas, naturalmente, tem, do ponto de vista orçamental, implicações que têm de ser acomodadas do lado da receita.

Por isso, é tão importante o combate à fraude, e foi a nossa primeira prioridade — ao fim de um mês já estávamos a trabalhar, já tínhamos técnicos no terreno, no âmbito da nova política deste Governo.

Sr. Deputado Carlos Miranda, agradeço-lhe a congratulação do PSD ao Governo relativamente ao combate à fraude, porque é realmente o País que ganha, se conseguirmos mobilizar mais meios para a proteção social e para o combate à exclusão.

O Sr. Deputado colocou duas questões concretas e vou procurar responder a ambas.

O sistema integrado de conta-corrente a que se referiu estava a zeros quando chegámos ao Governo; na parte da informação da segurança social, era uma das coisas que estava completamente por iniciar. Já muito vinha a ser feito ao longo de anos, desde os governos do PS e continuado pelos governos seguintes, não tenho qualquer problema em dizê-lo, mas o sistema de contas-correntes não estava efectivamente iniciado. E nós, há dois meses e meio, ainda antes das férias de Verão, começámos este trabalho e está planeado para ser concluído até ao final do 1.º trimestre do próximo ano. É um trabalho obviamente importante, porque uma medição rigorosa da dívida à segurança social e, digamos, uma actuação precoce nesta matéria implicam um sistema de contas-correntes a funcionar adequadamente.

No que respeita ao sistema de informação em geral e aos cruzamentos com o IEFP e as finanças, devo dizer que o cruzamento, tanto com o IEFP como com as finanças, já está a acontecer há cerca de dois meses, através da criação de folhas para comparação dos registos de ambos os sistemas. As bases de dados não são integradas numa única, o que se faz é filtrar a informação adequada para, em folhas de comparação entre os sistemas, a detecção dos erros eventualmente existentes.

É esta a situação. É assim que estamos a trabalhar e a dar passos seguros para ir melhorando o trabalho, obviamente.

No que respeita às perguntas do Sr. Deputado do CDS Abel Baptista, quero dizer que o Governo tem continuado a fazer um esforço significativo no combate à fraude, mas é um esforço que eu diria que não pode ser comparado com aquilo que o Sr. Deputado dizia que era uma continuação do trabalho do anterior governo.

Quero dizer-lhe por que é que, a meu ver, esta foi uma das áreas em que o anterior governo não investiu em matéria de segurança social, e recorro rapidamente a dois números: em 2004, que é, porventura, o melhor exemplo, a diferença entre as contribuições cobradas e a massa salarial do País, que é o melhor indicador da evolução das contribuições, foi de quase um ponto percentual, isto é, as contribuições ficaram quase um ponto percentual abaixo da evolução da massa salarial. E isto significa que nem sequer cobraram as contribuições que deviam ser recebidas só pela evolução da actividade económica, quanto mais recuperar a dívida.

Este ano, o Governo já está um ponto percentual e meio acima da evolução estimada da massa salarial até ao final do 1.º semestre. Acho que esta diferença é cristalina: um ponto percentual abaixo, em 2004, e, até ao final do 1.º semestre de 2005, um ponto percentual e meio acima da evolução da massa salarial.

Portanto, estou seguro de que a matéria de combate à fraude foi uma das áreas a que o governo anterior não deu a prioridade que deveria dar, contrariamente ao que estamos a fazer, e os resultados estão à vista.

Também quero dizer que, no que respeita à situação global de admissão de novos funcionários, seja para a segurança social, seja para a Inspecção-Geral do Trabalho, estamos a trabalhar para, no quadro da mobilidade dentro da Administração Pública, procurar reforçar os funcionários afectos a estas áreas e, dentro do próprio sistema, também estamos a afectar todos os funcionários possíveis à gestão de contribuintes, designadamente à nova função de gestor de contribuintes.

Por outro lado, estamos a procurar reforçar os meios de actuação da Inspecção-Geral do Trabalho. Achamos que isto é importante, efectivamente, mas, numa política de rigor, a área da fiscalização e do cumprimento rigoroso por parte das empresas é, efectivamente, uma prioridade deste Governo.

Finalmente, quanto à situação dos trabalhadores independentes, não é verdade que é uma situação de incapacidade da fiscalização que leva à alteração legislativa. Se o Sr. Deputado ler o que diz a legislação, não o que está nesse preâmbulo mas o resto da legislação, designadamente o Decreto-Lei n.º 328/93, saberá que os trabalhadores independentes escolhem o seu nível de desconto para a segurança social, desde que estejam acima do patamar mínimo. Poderão descontar abaixo do patamar mínimo, e é isto que vão fazer milhares de trabalhadores, vão descontar abaixo do tal salário mínimo e meio da nova lei — e posso dizer que já tenho 35 000 requerimentos de trabalhadores independentes a solicitar, precisamente, a

não passagem para o escalão de 1,5 salários mínimos. O Governo teve este cuidado, teve o cuidado de não fragilizar a situação dos mais frágeis, e, portanto, aqueles que ganham menos do que 1,5 salários mínimos não vão ter de descontar mais 50%.

Agora, para um trabalhador independente que ganhe 3, 4 ou 5 salários mínimos, e que descontava sobre um salário mínimo, se assim o entendesse, há, de acordo com a lei, a possibilidade de escolher o patamar de desconto. Nós, para estes, que ganham mais do que 1,5 salários mínimos, dizemos que vão ter de descontar, pelo menos, mais 50%.

Não se trata de um problema de fiscalização, porque a lei permitia escolher o patamar de desconto, mas de querermos que aqueles que podem descontem mais e os que não podem descontem menos. E, até agora, 35 000 trabalhadores meteram requerimentos para continuarem a descontar abaixo de 1,5 salários mínimos.

Política de rigor com quem pode pagar; política de solidariedade com quem não pode pagar mais. Foi também isto que fizemos no diploma dos trabalhadores independentes.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, Sr.^a Deputada Odete Santos, agradeço as suas perguntas.

Relativamente aos conselhos consultivos não posso estar mais de acordo consigo. Iniciámos o funcionamento de alguns dos conselhos consultivos até ao final de 2001, como bem sabe, mas, infelizmente, nos últimos três anos, julgo que a maior parte deles reuniu zero vezes e alguns deles terão reunido uma vez apenas.

Não concordamos com isto e, por isso, vamos reactivar, como tínhamos nos acordos de modernização da protecção social, os conselhos consultivos na segurança social e também discutir com os parceiros sociais, estando já prevista para o dia 30 a entrega de um documento de análise dos conselhos consultivos dos instrumentos de participação dos trabalhadores na segurança social, porque acreditamos na participação dos trabalhadores na sua gestão. Vamos também tentar racionalizar os organismos de participação com os parceiros sociais, e já temos um compromisso concreto na Comissão Permanente de Concertação Social.

Quanto aos meios para a fiscalização, já respondi genericamente. Estamos a tentar afectar todos os meios, humanos e informáticos, dentro da segurança social, porque a nossa prioridade é, efectivamente, o cumprimento rigoroso das obrigações.

Applausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar à ultima pergunta, sobre a responsabilidade da SIMRIA — Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, SA, na rede de saneamentos do concelho de Santa Maria da Feira, que vai ser respondida pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. José Luís Ferreira (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, o projecto financeiro para a rede de abastecimento de água e para a rede de saneamento de Santa Maria da Feira previa que a concessionária — a Indaqua Feira, SA — fizesse um investimento de 100 milhões de euros até 2008, 80% dos quais proveniente de um empréstimo do Banco Europeu de Investimento.

Ora, como é do conhecimento público, o Banco Europeu de Investimento suspendeu, em Setembro de 2003, o financiamento de 60 milhões à Indaqua Feira, alegando que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a SIMRIA — Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, SA, não construíram seis ETAR, ao contrário do que tinha sido acordado.

Esta entidade financiadora avançou uma primeira *tranche* de 20 milhões de contos, destinada à rede de água, bloqueando os restantes 60 milhões destinados à rede de saneamento em baixa, porque considera que, sem a construção das seis ETAR, não há condições ambientais para prosseguir o projecto de financiamento.

Como é fácil de constatar, este impasse, que se arrasta desde 2003, continua a prejudicar seriamente a população de Santa Maria da Feira, tendo também graves consequências ao nível ambiental, uma vez que a ria de Aveiro e a lagoa de Paramos/Esmoriz continuam a receber as águas residuais, sem qualquer tratamento, da maior parte do concelho. Registo ainda que a maior zona industrial, a nível mundial, de transformação de cortiça continua a debitar as águas residuais dos seus tratamentos directamente na lagoa de Paramos.

Aparentemente, a não construção das seis ETAR deve-se ao facto de não ter havido ainda consenso no que diz respeito ao processo negocial entre a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a SIMRIA. Como se compreenderá, este negócio representa para nós um mau exemplo no que diz respeito à concessão a privados da gestão de investimentos no sector da água.

Gostaria, por fim, de referir que, na data da suspensão, em Setembro de 2003, o Banco Europeu de Investimento tinha entregue cerca de 20 milhões de euros e este valor, juntamente com os 20 milhões de

euros dos accionistas, foi aplicado no desenvolvimento da rede de água, apesar de no contrato de concessão ter ficado estipulado que as duas redes deveriam ser desenvolvidas em simultâneo.

Considerando que este impasse se deve, aparentemente, à falta de acordo entre a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a SIMRIA e que a Águas de Portugal, que dependem do Ministério do Ambiente, detêm cerca de 65% do capital da SIMRIA, gostaria que o Sr. Secretário de Estado nos esclarecesse o seguinte: que diligências foram tomadas pelo seu ministério no sentido de resolver este impasse, que tanto tem penalizado a população de Santa Maria da Feira e o ambiente e, sendo também da responsabilidade da SIMRIA, quando prevê o seu ministério a construção das ETAR em falta, que estão a bloquear todo o processo?

Vozes de Os Verdes: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente (Humberto Rosa): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Luís Ferreira, a pergunta é muito pertinente e permite-nos clarificar ou dar um sinal claro do que está a acontecer numa situação que é, de facto, grave quanto a poluição por falta de saneamento de águas residuais.

Quero começar por dizer que os feirenses têm, naturalmente, todo o direito à qualidade da água e dos rios e ao usufruto dos mesmos. A determinação do Governo não é outra que não seja a de colaborar para resolver precisamente este problema, em parceria, nomeadamente, com o poder local e outros intervenientes.

Indo aos factos:

Em 1999, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira concessionou, legitimamente, o saneamento e o abastecimento em baixa a uma empresa privada;

Esse acordo previa um pacote de investimentos da câmara municipal, nomeadamente em seis ETAR, devendo a concessionária fazer redes de recolha;

Esses investimentos não foram feitos pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, o que impediu a empresa de fazer os seus próprios investimentos;

Em finais de 2000, parte do concelho de Santa Maria da Feira é, com Espinho e parte de Ovar, integrando na chamada «2.ª fase do sistema multimunicipal da SIMRIA», visando, nomeadamente, a despoluição da lagoa de Paramos/barrinha de Esmoriz. Isto criou uma situação, efectivamente, complexa de sobreposição entre o sistema multimunicipal da SIMRIA e o sistema municipal da concessão que a autarquia fez, e que fez em consciência nas duas etapas;

Em 2004, o Instituto Regulador de Águas e Resíduos avança com um processo de sua iniciativa tendente a encontrar soluções entre as partes, que não são apenas duas, não se trata só da câmara ou da SIMRIA, trata-se também da empresa concessionária e do próprio Banco Europeu de Investimento.

Para lhe dar uma noção, a solução técnica, que parte neste momento de uma base proposta pela SIMRIA, é realmente complexa e passa por quatro subsistemas — um subsistema dito «da Barrinha», um subsistema de Lage e Caster, um subsistema do Douro e um subsistema de Meimoa/Antuã, em que cada um poderá vir a encontrar um certo enquadramento entre as três ou as duas partes, conforme o caso.

Neste momento, o processo de conciliação, que é lento e complexo mas que vai avançando com determinação, tem dados passos seguros, nomeadamente já sob a égide do actual Governo. Já houve duas reuniões desde Maio até hoje, está uma marcada para daqui a uma semana e existe o compromisso entre as partes de que, em cada reunião, o processo de aproximação de posições tem de dar passos, e assim tem acontecido.

O acordo final passa por uma solução global para o saneamento de Santa Maria da Feira, sopesando, naturalmente, os compromissos contratuais do município — posteriormente, poderei avançar algum detalhe sobre cada um destes subsistemas. Do nosso ponto de vista, a SIMRIA é parte da solução para o efeito e o que queremos, com todas as partes, inclusive a Câmara Municipal, é chegar a uma solução adequada para os feirenses.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. José Luís Ferreira (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, não percebi muito bem se há ou não responsabilidades da SIMRIA em relação à construção das ETAR, que, por sua vez, provocaram o congelamento dos montantes do Banco Europeu de Investimento.

De acordo com um artigo de um jornal que tenho aqui, esta posição segue-se à notícia do *Diário Económico* da última semana, segundo a qual o Banco Europeu de Investimento mantém a suspensão de um financiamento de 60 milhões de euros, alegando que a Câmara Municipal e a SIMRIA não construíram seis ETAR, conforme o estipulado.

Portanto, queria que o Sr. Secretário de Estado nos dissesse, de forma clara, se a SIMRIA tem ou não responsabilidades pela falta de construção das ETAR e, se tem, para quando é que o Governo prevê a sua construção.

O Sr. Secretário de Estado falou dos restantes sistemas e, sobre isto, também quero fazer uma outra pergunta. A solução dos esgotos das freguesias de Santa Maria da Feira, Sanfins, Escapães, Arrifana, Fornos, Mosteiró, Travanca e Souto é a de serem conduzidos através dos interceptores do Lage e Caster. A solução técnica já foi, pois, encontrada, faltando, aparentemente, o despacho do Ministério do Ambiente. Assim, o que gostaria de saber era se, entretanto, depois de eu ter recebido esta informação, já foi despachado ou, se não, quando é que o será, porque isto também está a atrasar o processo.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Bem perguntado!

O Sr. **Presidente**: — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Alda Macedo.

A Sr.^a **Alda Macedo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, deixe-me dizer-lhe que este é um caso absolutamente simbólico da importância do modelo de contratos de concessão que têm vindo a ser celebrados em vários municípios do nosso país e deve situar-nos em relação àquela que é a discussão central e que tem a ver com o que são, de facto, as intenções deste Governo relativamente à continuação da concessão dos sistemas de distribuição de água ao domicílio e de recolha e tratamento das águas dos efluentes domésticos.

Devo dizer-lhe que, em relação à lagoa de Paramos, tudo o que possa ser dito é pouco para dar uma imagem daquelas que já hoje serão as consequências extraordinárias a que se chegou pela inoperância e incapacidade para promover projectos coerentes e integrados entre os diversos interesses que estão no terreno.

Na verdade, Sr. Secretário de Estado, faz falta reconhecer aqui que a dificuldade que advém ao Governo, no sentido de prestar um apoio efectivo à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, vem do facto de esta câmara estar presa a um contrato de concessão de 35 anos, que condiciona definitivamente tudo o que possa ser projecto para o futuro.

Na verdade, este ano, só não houve um desastre de saúde pública, extraordinário, na barrinha de Esmoriz/lagoa de Paramos, porque foi um ano de seca, porque o rio não conseguiu romper o dique, porque as marés foram baixas, dado que a lagoa de Paramos, hoje, não é mais do que um extraordinário reservatório de resíduos e efluentes, onde os detritos chegam a atingir camadas de 10 ou 15 cm, sendo que toda aquela matéria orgânica, sob o calor do sol, tende a fermentar. Estamos, pois, Sr. Secretário de Estado, muito perdo de um desastre de proporções enormes que não pode ficar a aguardar por soluções que, tranquilamente, se vão discutindo e adiando, reunião após reunião.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Portanto, Sr. Secretário de Estado, a questão que lhe coloco, muito claramente, vai no sentido de saber qual é o limite temporal que o Governo considera para chegar a um acordo e se, nesse limite temporal, não chegar a um entendimento, considera a possibilidade de cessação da concessão à Indaqua dos sistemas em Santa Maria da Feira e a da remunicipalização daqueles serviços, pois parece ser a única forma de conseguir encontrar uma saída para toda esta situação, que, como disse, ganha foros de um verdadeiro desastre para a saúde pública naquela região.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Ainda para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Ribeiro.

O Sr. **José Manuel Ribeiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, quem ouviu até agora as suas intervenções e respostas pode ficar com a ideia errada de que, em todo este imbróglio, a responsabilidade reside na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, o que não corresponde à verdade. E muito menos se trata de um guerra de concessão entre entidades públicas e privadas.

Apesar de o Sr. Secretário de Estado ter feito um historial pequeno da situação, vou relembrar alguns passos intermédios que ajudam a localizar onde é que o problema se iniciou.

Na vigência do XIII Governo Constitucional, ou seja, no primeiro Governo do Engenheiro Guterres, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira efectuou uma candidatura aos fundos de coesão para a construção da rede de saneamento do concelho, projecto que, na altura, mereceu a aprovação da Sr.^a Ministra Elisa Ferreira.

No pressuposto de que a candidatura entregue em Bruxelas iria merecer aprovação, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira procedeu à abertura do respectivo concurso de concessão, tendo a obra sido

adjudicada à empresa Indaqua. Até aqui, aparentemente, tudo corria com normalidade.

Entretanto, com a reeleição do Engenheiro Guterres e a tomada de posse do XIV Governo Constitucional, o titular da pasta do Ambiente passou a ser o actual Primeiro-Ministro, o Engenheiro José Sócrates. E é, de facto, a partir daqui que o problema começa a surgir.

Numa reunião com o Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, o Engenheiro Sócrates informou que não concordava com a candidatura subscrita pela sua antecessora e que iria dar indicações a Bruxelas para que esta candidatura fosse considerada nula. Isto sucede numa altura em que a câmara municipal tinha já efectuado o contrato de concessão à dita empresa Indaqua.

Acto imediato, o Engenheiro Sócrates informa ainda nessa reunião que a concessão seria atribuída exactamente à SIMRIA, apesar de o concelho de Santa Maria da Feira não estar na área de actuação da SIMRIA e de a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira não participar na SIMRIA.

Ou seja, aquilo a que se assistiu, nessa altura, foi que o Engenheiro Sócrates, ao invés de tentar encontrar uma solução consensual, agiu unilateralmente, de uma forma prepotente, e lançou o total caos no processo.

A câmara municipal, neste momento, por informações que me deram ontem, tem este imbróglio praticamente resolvido, porque está a ser fechado um acordo, faltando apenas questões que se prendem exclusivamente com responsabilidades financeiras. Mas o mais importante é que o problema do saneamento básico, no concelho de Santa Maria da Feira, neste momento, está praticamente resolvido. O Sr. Secretário de Estado apresentou algumas soluções, as quais passam por dois aspectos: a ampliação da ETAR de Espinho e a construção de vários emissários que levam a essa ETAR.

Portanto, o problema está praticamente resolvido, é pena que o grande responsável por esta situação seja o actual Primeiro-Ministro, o Sr. Engenheiro José Sócrates.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Que grande filme!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, realmente, nesta questão do tratamento das águas residuais, é caso para dizer «quem nasce torto, tarde ou nunca se endireita». E o problema é fundamentalmente de financiamento.

Estamos perante aquilo que é uma trapalhada do Partido Socialista e, particularmente, do Engenheiro Sócrates, enquanto Ministro do Ambiente.

Vozes do CDS-PP: — Mais uma!

O Sr. Renato Sampaio (PS): — Só faltava essa!

O Orador: — A verdade é que, no que diz respeito à situação financeira das empresas criadas pelo Engenheiro Sócrates para tratamento de águas residuais, como a SIMRIA e a SIMTEJO, os problemas são todos semelhantes. O Engenheiro Sócrates vendeu a ideia de que tinha descoberto a fórmula de «fazer omeletas sem ovos» e a verdade é que o financiamento destas empresas, para poderem efectuar o tratamento de águas residuais, nunca ficou capazmente assegurado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — E a verdade é que foram celebrados contratos de concessão entre essas empresas e as câmaras municipais que fazem com que a situação financeira de ambas esteja muito complicada.

É verdade ou não que são devidos milhões de euros pelos municípios a essas empresas?!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pois é! Bem lembrado!

O Orador: — É verdade ou não que havia investimentos contratados com as câmaras municipais, por essas empresas, que acabaram por não ser feitos?!

É verdade ou não que a lógica foi a de distribuir o mal pelas aldeias, porque não há medidores de caudais e, portanto, ninguém sabe como se vai resolver a questão do financiamento dessas empresas?!

É verdade ou não que aquilo que, realmente, nasce torto demora muito tempo a endireitar?!

Evidentemente, a forma de suportar os custos vai ter de ser repercutida no consumidor. No entanto, gostava de saber como é que o Governo pretende salvaguardar a solvabilidade financeira das empresas de tratamento de águas residuais criadas pelo Engenheiro José Sócrates.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, além de, confessado, também não ter ficado suficientemente esclarecido sobre o papel da SIMRIA na resolução deste problema e mesmo sobre o imbróglio que ali está criado, para não falar dos problemas ambientais, que também já foram sobejamente referenciados, sem os menosprezar obviamente, e independentemente das questões processuais, administrativas, do papel da autarquia, da empresa concessionária e da SIMRIA, há uma questão que se coloca e que é uma manifesta injustiça, que pode até custar a crer. Após a concessão dos serviços de abastecimento à empresa concessionária, à Indaqua, o pagamento dos utentes aumenta substancialmente, e em alguns casos quase que quadruplica. Estamos a falar a partir do imediato momento da concessão e do início da construção da rede de abastecimento, esquecendo-se aqui que parte da concessão, obviamente, impunha a construção das ETAR para tratamento. Os habitantes do concelho estão, portanto, a pagar cerca do quádruplo (400%) do que pagavam anteriormente à concessão por um serviço que não lhes está a ser prestado.

À parte todas as questões que já foram colocadas ao Sr. Secretário de Estado, quero perguntar-lhe que medidas de fiscalização, ou de intervenção, tomará o Governo para sanar, o mais depressa possível, esta injustiça.

Termino dizendo que, à semelhança do que já foi referido, muito provavelmente este será mais um exemplo da política de privatização e concessão, em torno do abastecimento da água, que este Governo vem a protagonizar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma pergunta adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Amorim.

O Sr. **Costa Amorim** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, começo pela observação final do Deputado José Manuel Ribeiro: «parece que, finalmente, as coisas estão a avançar».

Sr. Deputado, quando o PS está no Governo, todo o processo que tem a ver com a questão de Santa Maria da Feira avança efectivamente.

Aplausos do PS.

A questão ora levantada não é só pertinente como decisiva para o maior concelho do distrito de Aveiro, que não tem, ainda hoje, um sistema de tratamento de esgotos apto. Infelizmente, a câmara municipal, sempre do PSD — e daí se estranhar o alinhamento do seu partido nesta matéria tão essencial para a qualidade de vida dos feirenses —, não se acautelou devidamente aquando da concessão municipal do sistema de exploração e gestão dos serviços municipais de abastecimento de água, como era sua obrigação, pois basta lembrar que assumiu, além de outras obrigações, a construção dos depósitos, dos emissários, dos interceptores e de 11 ETAR, sem que para isso tivesse qualquer garantia de financiamento.

Estranhamente, passados 20 anos, ainda é este processo, dado a sua delicadeza, a principal justificação para a recandidatura do presidente de câmara, que se encontra à frente dos destinos do município há precisamente mais de 20 anos. Naturalmente, como já foi referido por alguns responsáveis políticos, ele não tem culpa alguma, culpa têm todos os outros que passaram, mormente — e isto é muito importante — os governos do PS, porque nestes 20 anos parece que no País não houve governos do PSD.

Sintomaticamente, no último governo PS foi assinado um contrato relativo aos afluentes entre o município de Santa Maria da Feira e a SIMRIA, o qual, naturalmente, ficou sujeito a uma condição que, passados cinco anos, mais uma vez a câmara municipal não conseguiu ultrapassar.

Assim, Sr. Secretário de Estado, porque, na verdade, sempre que o PS está no poder este assunto, para um concelho onde vive mais de 1% dos portugueses, tem acuidade, pergunto-lhe se «sim» ou «não»...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Concluo já, Sr. Presidente.

Pergunto-lhe se o Governo irá ou não contribuir para encontrar uma solução e pôr fim a este impasse, cujas culpas, pelos vistos, somente cabem aos governos do PS.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente. Dispõe de 9 minutos.

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começo por aclarar um primeiro ponto.

Algumas das perguntas que me foram colocadas denotam a ideia de que a SIMRIA é parte do problema. Srs. Deputados, a SIMRIA não é parte do problema mas, sim, da solução.

Aplausos do PS.

Uma boa forma de o demonstrar é olharmos um pouco o que se passa subsistema a subsistema.

Relativamente ao subsistema dito «da Barrinha», a ETAR de Espinho, que é uma peça essencial e que tratará a parte que drena de Santa Maria da Feira para o efeito, foi adjudicada em 7 de Junho passado e estará concluída no 1.º trimestre de 2007. Sem a SIMRIA, pura e simplesmente não haveria qualquer condição de fazer esta ETAR, que é a sua componente mais importante. Então, o que é que falta? Falta, evidentemente, assegurar o sistema em baixa, já que este é o dito «sistema em alta». Ora, as competências para assegurar o sistema em baixa são do município de Santa Maria da Feira.

Os interceptores de Rio Maior, Silvalde e Beire, que vão recolher as águas residuais de Santa Maria da Feira, actualmente lançadas nas linhas de água que drenam para a barrinha — e tem razão a Sr.^a Deputada Alda Macedo ao dizer que hoje a barrinha é um caso sério de poluição industrial —, tem adjudicatários definidos e, tão breve quanto possível, as declarações de utilidade pública serão emitidas para o efeito.

O subsistema de Lage e Caster, que assegurará o saneamento do concelho de Santa Maria da Feira, está também em análise no âmbito do contrato de concessão da SIMRIA. Mais uma vez, a SIMRIA passa a ser uma parte da solução para Santa Maria da Feira.

Há ainda a concessão de um outro subsistema, dito do Douro, mas este ficará no âmbito do município, da empresa Indaqua.

E há, finalmente, o subsistema dito «Meimoa/Antuã», cujo processo está em vias de passar pela integração no sistema intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria.

Também quero tornar claro que tudo isto se passa no contexto de um processo negocial iniciado em finais de 2004, processo este que acarinhamos e estimulamos que todas as partes — e são várias — se ponham de acordo. Não temos qualquer interesse em ter o município de Santa Maria da Feira como um não-parceiro, porque ele é um parceiro. Sinceramente, resulta-nos um tanto penoso estar, neste contexto, na clássica tentativa de encontrar um certo «bode expiatório», como se todos os outros não tivessem a ver com a questão.

Sr. Deputado, devo dizer-lhe que, o *track record* do município de Santa Maria da Feira não é, infelizmente, dos mais famosos, nem em abastecimento, nem em saneamento. A tentativa de dizer que tudo estava num mundo maravilhoso até o sistema multimunicipal da SIMRIA aparecer e baralhar ou, muito menos, o ministro do Ambiente de então é muito pouco rentável e parece mesmo pouco evidente para o debate que aqui estamos a fazer.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Mas não deixa de ser verdade!

O **Orador**: — Quanto à questão privado *versus* público, Sr.^a Deputada Alda Macedo, realmente nada temos contra os privados. O facto de haver um caso de uma concessão que correu tão mal como esta está muito longe de significar que o envolvimento dos privados resulte em más soluções. Santa Maria da Feira é um caso concreto, que resulta de uma decisão legítima de Santa Maria da Feira em que cada um tem de assumir as suas responsabilidades. Temos dito, e continuamos a dizer, que para o saneamento e abastecimento há lugar tanto para o privado como para o público.

Sr. Deputado, é verdade que existem dívidas a sistemas multimunicipais, mas quando diz que esses sistemas multimunicipais não são viáveis há uma contradição nos termos. Estas dívidas dos municípios são essenciais para a vitalidade desses sistemas. Em breve, terá notícias de como existe um rumo tanto para o saneamento paulatino dessas dívidas como para a viabilidade dos sistemas. Não esteja preocupado com isto.

O Sr. Deputado Costa Amorim perguntou se o Governo vai resolver este assunto. Sr. Deputado, este Governo já está a resolver este assunto. Tem razão quando diz que algo mexe no contexto do abastecimento e do saneamento quando estamos no poder e quando os sistemas multimunicipais são chamados a ajudar neste efeito.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Bem se viu!

O **Orador**: — Como lhe digo, existem passos seguros e sólidos no contexto de um processo que é extremamente complexo, é eventualmente, como podemos ver olhando para o passado, um dos mais complexos que encontramos; há uma quantidade de parceiros envolvidos e de fatias em que se corta o território de Santa Maria da Feira com soluções diferenciadas. Não esperamos uma solução amanhã, o que esperamos é que essa solução não pare, e não está a parar, no sentido de que todas as partes têm assumido

que não há uma nova reunião mediada pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR) sem avanços nas soluções — em cada reunião essas soluções existem, e todas as partes concordam com este caminho, a empresa concessionária, o município, a SIMRIA, o Banco Europeu de Investimento, que, legitimamente, para responder às quebras de financiamento, dá garantias da solidez das soluções e das capacidades dos actores, estas garantias estão a ser adiantadas no contexto das reuniões que ocorrem.

Devo dizer-lhe também que este é um caso paradigmático, em que me parece que o bom senso, a flexibilidade e a persistência nessas negociações são essenciais. Parece-me um caso paradigmático de mau exemplo o querer-se encontrar um «bode expiatório» exclusivo que tenha feito todo o mal e, em particular, tentar adjudicá-lo ao governo, que foi quem deu o verdadeiro impulso aos temas multimunicipais de abastecimento e de saneamento, é particularmente pouco rentável, Srs. Deputados.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, chegámos ao fim da sessão de perguntas ao Governo.

A próxima reunião plenária terá lugar na próxima quarta-feira, dia 29, com o projecto de resolução n.º 69/X — Propõe a realização de um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez realizada por opção da mulher nas primeiras 10 semanas, um agendamento potestativo do PS. Proceder-se-á também à votação dos Relatórios e Contas de Gerência da Assembleia da República de 2003 e 2004

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 45 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS):

António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
Fernando Manuel de Jesus
Luís Garcia Braga da Cruz
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Manuel Alegre de Melo Duarte
Pedro Nuno de Oliveira Santos

Partido Social Democrata (PSD):

Jorge Fernando Magalhães da Costa
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
Luís Miguel Pais Antunes
Mário Henrique de Almeida Santos David
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Pedro Miguel de Azeredo Duarte

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos

Partido Popular (CDS-PP):

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
Paulo Sacadura Cabral Portas

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

António José Ceia da Silva
Jacinto Serrão de Freitas
João Barroso Soares
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Apolinário Nunes Portada
José Luís Pereira Carneiro
Lúcio Maia Ferreira
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro
Manuel Maria Ferreira Carrilho

Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos
Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão
Rui do Nascimento Rabaça Vieira

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Paulo Martins Pereira Coelho
Carlos Jorge Martins Pereira
Domingos Duarte Lima
Emídio Guerreiro
Fernando Mimoso Negrão
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Manuel Joaquim Dias Loureiro
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Mário da Silva Coutinho Albuquerque
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel
Pedro Augusto Cunha Pinto
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos
Ricardo Jorge Olímpio Martins
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP):

Artur Jorge da Silva Machado
Jerónimo Carvalho de Sousa
Maria Luísa Raimundo Mesquita

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
António de Magalhães Pires de Lima

Bloco de Esquerda (BE):

João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL